



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ACTA DA 1ª. REUNIÃO DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE ABRIL DE 2008 -----

----- ACTA Nº. 4 / 2008 -----

----- Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e oito, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, tendo como Primeiro Secretário, o Senhor Vidal Diogo Fernandes Antão e como Segundo Secretário, a Senhora Doutora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e nove Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, Nuno Emanuel Campilho Mourão Coelho, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Fonseca Santos, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, José Jorge Pereira, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo José Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Vidal Diogo Fernandes Antão, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Eugénio Martins Barata, Manuel Caetano Félix Roldão, António José Coutinho Lopes Cabral,

Arnaldo António Pereira, Daniel dos Reis Branco, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva, Feliciano Teixeira Bernardo) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Nuno Ricardo de Almeida Neto, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes e António Vieira Grosso pediram a sua substituição para esta reunião tendo sido substituídos pelos Senhores José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Eugénio Martins Barata, Manuel Caetano Félix Roldão, António José Coutinho Lopes Cabral, Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva e Feliciano Teixeira Bernardo. -----

-----Faltaram os Senhores Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, José Henriques Marques Santana, José Pedro Resende Barroco, Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho, tendo a Mesa justificado as respectivas faltas. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e os Senhores Vereadores Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Emanuel Silva Martins, José Eduardo Leitão Pires da Costa, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, Pedro Miguel dos Anjos Simões. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

-----Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. relativa à nomeação de Auditor Externo, de acordo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- com o Artigo 48º., nº. 2, da Lei Nº. 2/2007, de 15 de Janeiro – Nova Lei das Finanças Locais;---
3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2007;-----
 4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2007;-----
 5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. relativa ao Relatório e Contas de 2007 dos SMAS;
 6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 50/08 relativa à Proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo – Ofício N.º 8966 – 08.03.04;-----
 7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 51/08 relativa à Proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Carnaxide – Ofício N.º 8965 – 08.03.04;--
 8. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 52/08 relativa à Proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Linda-a-Velha – Ofício N.º 8969 – 08.03.04;-- -----
 9. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 53/08 relativa ao Plano Estratégico “Habitar Oeiras” – Ofício N.º 8968 – 08.03.04; -----
 10. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 111/08 relativa ao REGT. Nº. 4230/08 – Proc.º. 53/01 – (3º. Vol.) – Pedido de isenção do pagamento de taxas referente à emissão de alvará de licença de construção, solicitado pela Paróquia de Cristo Rei de Algés/Miraflores – Ofício N.º 8967 – 08.03.04; -----
 11. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 133/08 relativa ao Pedido de isenção do pagamento de taxas referente à emissão do alvará de licenças de utilização, solicitado pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora – Ofício N.º 8771 – 08.03.03;-- -----
 12. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 166/08 relativa à Isenção da comparticipação

para obras gerais de reforço de abastecimento de água requerida pela Paróquia do Cristo Rei, de Algés e Miraflores – SMAS – Ofício N.º 8770 – 08.03.03; -----

13. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 177/08 relativa ao Programa de Habitação Jovem – Aquisição de edifício n.º 126/132, da Rua Costa Pinto – Reformulação da Proposta de Deliberação N.º 1186/07 – Ofício N.º 12447 – 08.03.20;-----

14. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 205/08 relativa ao Reqt.º N.º 2035/08 – Proc.º 1741/90 – (4.º Vol) – Licenciamento do processo – Cedências de terrenos à Misericórdia de Oeiras – Ofício N.º 12448 – 08.03.20;-----

15. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 255/08 relativa à Actualização das participações para obras gerais de reforço de abastecimento de água para 2008 – SMAS; ----

16. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 284/08 relativa à 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e 1ª. Revisão Orçamental. -----

3. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Quero dar conhecimento a esta Assembleia de que os Senhores Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues (IOMAF) e Carlos Luís Almeida Pereira (IOMAF) renunciaram aos seus mandatos.” -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

4.1. O Senhor Feliciano Teixeira (BE) levantou a seguinte questão: -----

-----“Esteve em consulta pública o estudo de impacto ambiental do Conjunto Comercial de Carnaxide e, parece-nos que este irá ter efeitos muito complicados no tráfego da freguesia de Carnaxide. Este complexo comercial será instalado junto à “A cinco”, num depósito de carros apreendidos, pertencente à GNR.-----

-----Todos sabemos que as vias rodoviárias que conduzem à “A cinco” estão esgotadas. Por isso, parece-me que, fazer um centro comercial naquele local, será congestionar uma via que já se encontra sobrelotada. Para além dos efeitos provocados pelo dióxido de carbono, ruído, etc.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por outro lado, existe a questão da impermeabilização do solo. Aquela é uma área muito grande e, eventualmente, a água que não for absorvida pelo solo, irá para a Ribeira do Jamor.-----

----- Gostaríamos que a Câmara, neste tipo de projectos, fizesse uma informação à Junta de Freguesia, no sentido de se poder dar um esclarecimento mais alargado aos cidadãos. Presumo que uma, ou duas pessoas terão dito algo sobre este projecto, mas um assunto desta natureza deve ser alargado ao maior número de cidadãos possível. É por isso que gostaríamos que, no futuro, a Câmara tentasse que estes planos viessem ao conhecimento público, no sentido de uma possível contribuição do mesmo.”-----

4.2. O Senhor Pedro Almeida (PS), solicitou à Mesa um Ponto de Ordem:-----

----- “Gostaria de fazer uma sugestão sobre a condução dos trabalhos, uma vez que temos em cima da mesa um conjunto de Propostas de Recomendação, duas Moções, um Voto de Louvor e Um Voto de Pesar, como tal, para que a discussão seja mais adequada e para que todos possamos contribuir com as nossas posições, em cada uma das propostas, propunha que separássemos aquilo que é uma discussão genérica do Período Antes da Ordem do Dia, daquilo que são as Propostas específicas que temos hoje para debate.”-----

4.3. O Senhor António Cabral (PS), disse o seguinte:-----

----- “Recentemente o Concelho de Oeiras foi atingido por cheias que afectaram pessoas e bens, tendo sido o segundo mais afligido na Área Metropolitana de Lisboa. Deixo uma palavra de elogio a todos os que, perante a gravidade da situação, tudo fizeram para ajudar as populações atingidas, nomeadamente aos Bombeiros, à Protecção Civil, às Forças de Segurança, à Polícia Municipal, aos Autarcas, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e a todos os cidadãos anónimos que, de algum modo, contribuíram para minimizar esta calamidade.-----

----- Estas inundações vêm evidenciar o alto nível de impermeabilização dos solos, o desvio de linhas de água e a construção em leito de cheias. Um dos factores que contribui para

que o efeito das inundações seja mais grave, é o deficiente estado de conservação do sistema de escoamento de águas pluviais, incluindo a falta de limpeza das linhas de água. As proporções tomadas por estas cheias vêm demonstrar que a Câmara Municipal de Oeiras tem muito a fazer na prevenção de inundações e na avaliação do risco de inundação. -----

-----Face ao exposto, julgamos que esta Assembleia Municipal deve ser informada sobre o que foi feito desde então. Para tal, questionamos o Senhor Presidente da Câmara, quanto ao balanço feito relativamente às últimas cheias, nomeadamente no que se refere ao número de ocorrências registadas, ao número de pessoas afectadas, aos estragos materiais, às indemnizações atribuídas para fazer face aos danos verificados e às medidas tomadas para minimizar cheias futuras.-----

-----Gostaria ainda de saber o que a Câmara Municipal tem feito em termos de prevenção activa e, a título de exemplo, saber qual o ponto de situação da duplicação da Ribeira de Algés, que está prometida há muito tempo. -----

4.4. A Senhora Catarina Antunes (CDU) referiu o seguinte:-----

-----“Tendo em conta a transferência da Farmácia Silva Branco, no Dafundo, para o centro comercial Allegro e também o descontentamento que se vive na freguesia, face ao sucedido, o Partido Comunista Português enviou um ofício ao Infarmed, no sentido de lhe serem colocadas algumas questões:-----

-----O porquê da transferência da farmácia, sabendo da importância que este recurso tem na vida da freguesia e da população do Dafundo e se está prevista alguma alternativa a propor pelo Infarmed. Em resposta, foi referido, que, não existia qualquer facto que impedisse a transferência da farmácia, uma vez que foram cumpridos todos os critérios legais e foi ainda feita uma referência, que considero de extrema importância, que passo a ler: “Compreendendo os argumentos evocados pelo Partido Comunista Português, de que a população residente não deverá ser privada de assistência farmacêutica, acresce que, de acordo com o artigo terceiro da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portaria mil quatrocentos e trinta barra dois mil e sete, de dois de Novembro, as Administrações Regionais de Saúde, ou as Autarquias Locais, que certamente têm um conhecimento aprofundado desta realidade, têm legitimidade para requerer ao Infarmed a abertura de procedimento concursal para a instalação de novas farmácias.” -----

----- Deste modo, o Partido Comunista Português vem requerer à Câmara Municipal de Oeiras, da mesma forma que já requereu à Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, e de acordo com o artigo terceiro da Portaria mil quatrocentos e trinta barra dois mil e sete, de dois de Novembro, que seja requerido ao Infarmed, a abertura de concurso para instalação de uma nova farmácia no Dafundo, respondendo deste modo, às legítimas preocupações da freguesia e da população da Cruz Quebrada/Dafundo.-----

----- Face às frequentes cheias que têm acontecido no Dafundo, não com a dimensão das que aconteciam antigamente, o Partido Comunista Português gostaria de saber se tem sido efectuado o desassoreamento da conduta que vai até à praia do Dafundo. Estive há pouco tempo no local e deparei com a referida conduta cheia de areia. Ela tem uma altura considerável e tinha pouco espaço para a água passar.-----

----- Acresce a esta situação, a sobrecarga da rede de esgotos domésticos que, no Dafundo, está desadequada e ultrapassada, a construção que se desenvolve no Alto do Dafundo e ainda as chuvas e o problema das marés daquela zona. Todos estes factores têm contribuído para as frequentes inundações e levantamento de tampas de esgoto naquela zona.-----

----- A construção da conduta que vai ter à praia foi importante e essencial para a redução dos problemas, mas é necessário que a sua manutenção seja mantida, para que a situação não se agrave. ----

----- Em relação a Algés, o Partido Comunista Português gostaria de saber para quando está prevista a duplicação do emissor da Ribeira de Algés. Trata-se de um problema estrutural de saneamento no vale de Algés, que tem consequências efectivas. Gostaríamos ainda de saber em

que ponto está a ligação da rede de saneamento de Algés para a ETAR de Alcântara.” -----

4.5. A Senhora Hermenegilda Guimarães (PS) disse o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista tomou conhecimento que, em Novembro passado, foram partidos dois candeeiros na Extensão de Saúde de Paço de Arcos. Já alertou a Câmara para este assunto, mas os candeeiros continuam no chão. O médico coordenador da extensão não sabe até que ponto aquela situação terá ou não perigosidade, uma vez que os fios se encontram descobertos. Queríamos solicitar, novamente, à Câmara, que resolvesse esta situação o mais breve possível.” -----

4.6. O Senhor Francisco Silva (BE) referiu o seguinte: -----

-----“Em relação ao que foi referido pelo Senhor António Cabral (PS), sobre as cheias, penso que há pouco a acrescentar, mas, no sentido de todos tentarmos resolver, pelo menos, um dos problemas de cheias que afecta o Concelho de Oeiras, o Bloco de Esquerda lança um desafio à Assembleia Municipal para fazer algo. -----

-----Na Ribeira de Outurela há um problema grave, que foi levantado à CCDR, que consiste na deslocalização da Ribeira. Esta realidade faz com que a Ribeira corra livremente para dentro da garagem, ao nível do rés-do-chão, de alguns dos nossos municípios. Há canalização de águas pluviais e de esgotos para a Ribeira. Deparei-me, nesse local, com uma quantidade de lixo excessivo e acho que não faz sentido, num concelho como o nosso, não se dar cumprimento a uma decisão da CCDR que refere a ilegalidade da questão. -----

-----Não podemos permitir que o Município de Oeiras viva sob esta suspeita de ilegalidade, porque se trata de uma questão simples, não tem sentido desviar a Ribeira. As linhas de água foram formadas com o passar dos anos, e, não vai ser em dez ou vinte anos, que elas vão mudar. Elas já cá estavam antes de nós e vão continuar a correr pelo mesmo sítio. Quanto menos intervenção humana houver na gestão dos recursos hídricos, melhor. -----

-----Acrescentei alguma documentação que revela esta situação, e fiz questão de visitar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

local onde as tampas de esgoto levantam, numa rua que, supostamente, deveria estar fechada ao trânsito, e não está. A única coisa que peço é que votemos, e que realizemos esta acção, que vai tornar Oeiras um pouco mais à frente, nem que seja em assumir as suas responsabilidades, pelos prejuízos que ocorreram, derivados das cheias e da situação de alteração da Ribeira. -----

----- Fiz questão de confirmar a actualidade desta situação e a CCDR comprovou que esta situação se mantinha ilegal, que aguardavam uma resolução, e que achavam boa ideia a Assembleia tentar resolver este problema.” -----

4.7. O Senhor Antas de Barros (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Considero estranho termos dado início a esta reunião, sem fazermos qualquer referência a um colega nosso que faleceu, e que ainda há quinze dias, estava aqui entre nós. O Voto de Pesar está proposto e isso não está em causa. -----

----- Fui colega deste homem durante anos, enquanto fui presidente do Sport Algés e Dafundo e ele, presidente do Clube Desportivo de Paço de Arcos. É proposto aqui um Voto de Pesar, que inclui até, dar o seu nome a uma rua deste Concelho. Mas acho que é do mais elementar princípio, que interrompamos esta reunião e façamos um minuto de silêncio em memória desse nosso colega, que inclusivamente, não é do meu Grupo Político. -----

4.8. O Senhor Presidente A.M. disse o seguinte: -----

----- Proponho que votássemos de imediato o Voto de Pesar e de seguida, faremos um minuto de silêncio” -----

4.9. “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO AUTARCA JOÃO DOS SANTOS AGUIAM SERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IOMAF-----

----- João dos Santos Aguiam Serra foi um político combativo, inteligente e íntegro, que muito dignificou o concelho de Oeiras.-----

----- Foi vereador na Câmara Municipal de Oeiras, Presidente da Junta de Freguesia de

Paço de Arcos, Presidente do Clube Desportivo de Paço de Arcos, enfim, um autarca exemplar, tendo dedicado grande parte da sua vida, ao Concelho de Oeiras, e à terra que tanto amava, Paço de Arcos. -- -----

-----A sua vida pautou-se por uma luta constante na defesa dos valores da democracia, da solidariedade, da Paz, e da defesa intransigente do Concelho de Oeiras e da Freguesia de Paço de Arcos. -----

-----A sua actividade social e cívica e a sua natural simpatia e afabilidade granjearam-lhe muitos amigos, mesmo aqueles que não compartilhavam as suas ideias e opções; -----

-----O seu desaparecimento constitui uma enorme perda para o concelho de Oeiras. -----

-----Assim: -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, aprova um voto de pesar pela sua morte, envia aos seus familiares sentidas condolências e delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, que consigne na toponímia do concelho, o seu nome para uma rua ou praça da freguesia de Paço de Arcos.” -----

4.9.1. VOTAÇÃO – VOTO DE PESAR -----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João dos Santos Aguiam Serra, apresentado pelo Grupo Político Oeiras Mais à Frente, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 21/2008** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO AUTARCA JOÃO DOS SANTOS AGUIAM SERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IOMAF** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar um Voto de Pesar, a ser transmitido à respectiva família com sentidas condolências, apresentado pelo Grupo Político Municipal do IOMAF, pelo falecimento do Autarca Senhor João dos Santos Aguiam Serra, bem como recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, que consigne na toponímia do Concelho, o seu nome para uma rua ou praça na Freguesia de Paço de Arcos.-----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Autarca Senhor João dos Santos Aguiam Serra** -----

4.10. O Senhor Eugénio Barata (PS) disse o seguinte:-----

----- “Este assunto já aqui foi ventilado por várias vezes, mas nunca é demais referi-lo quando está em causa a saúde pública. Refiro-me às árvores denominadas por plátanos, que são das mais poluidoras que conheço. Durante mais de dois meses, confrontámo-nos com ruas cheias de folhas, resina que cai e prejudica as viaturas estacionadas debaixo delas, mas a razão principal desta intervenção deve-se mais concretamente à espécie de algodão que estas árvores soltam em abundância. -----

----- Esta substância é, seguramente, a causadora dos graves problemas respiratórios, não só, pondo em risco os que já padecem deste mal, como também aqueles que nunca dele sofreram.

----- As pessoas que têm a infelicidade de viver numa rua com este tipo de árvores, não podem, durante algum tempo, abrir as suas janelas. Se as abrirem, esta espécie de algodão, espalha-se, como se de uma praga se tratasse. -----

----- Quero deixar dois exemplos, onde estas árvores proliferam: Na rua da Figueirinha,

onde, até os comerciantes têm alguma dificuldade em manter as portas abertas, especialmente quando há vento e se revela uma verdadeira “inundação” deste algodão; também no passeio que separa a avenida da República da rua Quinta das Palmeiras, e que, naturalmente, não afecta só os moradores desta zona, mas, também, as crianças que frequentam as escolas circundantes.-----

-----No ano de dois mil e sete, entraram nas urgências pediátricas noventa mil crianças com problemas respiratórios. -----

-----Creio que todos nós temos consciência dos malefícios que estas árvores causam, e por saber que o Senhor Presidente está atento e é sensível a tudo o que diga respeito à saúde pública, espero, muito sinceramente, que tome medidas, de modo a proteger os munícipes destes males, substituindo os plátanos por outras árvores, que tragam mais benefícios.”-----

4.11. A Senhora Alda Lima (Presidente J.F. Algés) referiu o seguinte: -----

-----Tendo sido aqui abordada a problemática das cheias, há algumas questões que não quero deixar de referenciar e, de alguma forma, esclarecer. Os problemas ambientais, não se sentem no dia-a-dia, mas a longo prazo, irão sentir-se. Algés foi flagelada pela primeira vez neste ciclo de cheias que ocorreram. Desde o dia trinta de Setembro, dia em que estavam previstas diversas iniciativas, para as comemorações do Dia Mundial do Coração, até esta data, a Freguesia de Algés foi vítima de quatro fluxos de cheias. -----

-----Não sou técnica, mas, na minha opinião, considero indispensável a duplicação da Ribeira. Devido às funções que exerço e às diligências que tenho feito, apercebo-me que existe uma forte lacuna, e um grande responsável por esta questão, que considero ser a Administração Central. ---- -----

----- A duplicação da Ribeira não é uma competência da Câmara. Todos sabemos que as Juntas de Freguesia pressionam a Câmara Municipal, para, através das suas competências, resolverem os problemas, mas a Câmara não é responsável por tudo o que acontece. -----

-----Sendo este assunto, das cheias em Algés, uma questão que preocupa todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Autarcas da freguesia, desde o início do Mandato que temos encetado, com este Executivo, diversas diligências, no sentido de apurarmos as medidas tomadas pela Câmara Municipal. -----

----- Foi-me facultado há cerca de dois anos um dossier circunstanciado, com todas as medidas tomadas pela Câmara, que incluem, a limpeza da Ribeira, vistorias, inspecções, verificação de infracções e aplicação das respectivas coimas. -----

----- Nessa conformidade, foi feito um levantamento de todas as sarjetas e sumidouros, na freguesia de Algés, para mais facilmente se poder ter a noção do que é a realidade da freguesia neste âmbito. Em trinta de Setembro, ninguém estava a prever aquelas fortes chuvas, que coincidiram com a maré-cheia. Em Algés, temos, precisamente, novecentos e noventa e três sarjetas e quinhentos e vinte e oito sumidouros, perfazendo o total de mil quinhentos e vinte e um componentes, e, na medida do possível, tem sido efectuado um trabalho cuidado na limpeza e desobstrução dos mesmos.-----

----- Sabemos que se mantêm alguns problemas, uma vez que há muitas árvores, e as folhas acabam sempre por cair nas sarjetas. Queria deixar aqui, bem expressa, a nossa preocupação relativamente a este assunto. Em anos anteriores, a freguesia do Dafundo também era muito flagelada com as cheias, mas com algumas intervenções por parte da Câmara, foi minimizado este problema. Se a Câmara tiver ao seu alcance a hipótese de o minimizar, na mesma proporção, para a freguesia de Algés, era muito gratificante.-----

----- Num país como o nosso, no qual são gastos tantos milhões de euros, por exemplo em auto-estradas (e não estou a dizer que elas não sejam necessárias, mas acho que já começam a existir mais auto-estradas do que carros) e estando nós inseridos na Área Metropolitana de Lisboa, considero inconcebível que a duplicação da Ribeira de Algés, não seja considerada como uma prioridade de execução, para a Administração Central.”-----

4.12. O Senhor Arnaldo Pereira (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Gostaria de fazer apenas dois comentários, sendo um deles relativo ao Voto de

Louvor, proposto para o Senhor Armando Caldas, do qual me dispenso de ler, uma vez que foi distribuído por todos. O outro comentário, refere-se a uma extensa carta, que me foi enviada pela Associação Animal, e presumo, que foi também distribuída aos líderes dos outros Grupos Políticos Municipais e à Câmara. -----

-----A este propósito, gostaria de citar um conhecido romancista contemporâneo, “Kuts”, que recebeu há pouco um Prémio Nobel, e que, num dos seus mais brilhantes romances, trata nos seguintes termos a desumanidade com que, os animais, neste caso, os cães, são tratados. -----

-----Diz ele, através de uma personagem: “...eles dão-nos a honra de nos tratarem como deuses e nós respondemos-lhes, tratando-os como objectos...” -----

-----Gostaria que este aforismo nos responsabilizasse a todos, na resolução de um problema, que, aliás, constitui uma das competências mais antigas e tradicionais do poder local, e que, enquanto se aguarda a construção do canil municipal, que pode demorar algum tempo, a Câmara Municipal, adoptasse medidas transitórias e provisórias que contribuíssem para melhorar a situação do acompanhamento dos animais domésticos neste Concelho.”-----

4.13. O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“O Partido Social Democrata apresentou duas Propostas, nas quais o elemento denominador é a segurança. Sabemos que essa questão não é da competência da Câmara, e por isso, entenda-se esta nossa intervenção, como um esforço para fortalecer as tentativas que o Município tem feito junto do Governo, no sentido de resolver este grave problema que começa a afectar-nos. -----

-----O Concelho de Oeiras é considerado um concelho apeteçível. Os índices de riqueza são elevados, e, conseqüentemente, a motivação para os pequenos assaltos e a pequena violência torna-se cada vez mais evidente. -----

-----De modo que, também por esta razão, é necessário actuar em conformidade. O que se passa é que, de há alguns meses para cá, se nota, com evidência, esse aumento da pequena e até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da grande criminalidade, à luz do dia, e isso é grave para todos nós. -----

----- Não quero estar aqui a massacrar-vos com exemplos, retiraria apenas dois ou três, um deles, de todos conhecido e que, infelizmente, afectou um jovem deste Concelho. Um caso mais recente foi o assalto aos correios de Barcarena, à luz do dia, há cerca de duas semanas e outro caso, do qual tivemos conhecimento há muito pouco tempo e que foi o início do fenómeno do “carjacking” em Oeiras. -----

----- Este é um aspecto que temos que levar a sério e que considero uma missão de todos nós, que exige responsabilidade e necessidade de actuarmos em conformidade. Temos que olhar para este fenómeno de uma forma diferente. Sabemos que a PSP substituiu a GNR e, tanto quanto julgo saber, no geral, o número de efectivos aumentou. Mas, apesar desse número ter aumentado, o que é certo é que a criminalidade disparou. A questão que se coloca é saber até que ponto, o problema do aumento dos efectivos, será a razão para pôr termo a este aumento da criminalidade.-----

----- Não vou maçar-vos com pormenores técnicos, mas deixo aqui uma mensagem para o Governo: Uma das razões principais deste fenómeno surge, fundamentalmente, a nível dos códigos de processo penal. Não é possível, a manter-se esta situação, evitar a sensação de impunidade que os delinquentes hoje transmitem e sentem. Esta criminalidade, não tem uma punição imediata, uma vez que, mesmo apanhados em flagrante, a maioria deles (dado o tipo de punição a que se sujeitam no futuro), são ouvidos imediatamente e saem com termo de identidade e residência, o que permite a multiplicação dos actos de delinquência. É a esta sensação que urge pôr termo.-----

----- A proposta que aqui trazemos, e que julgamos merecer o apoio de todos vós, tem como finalidade alertar o Governo e o Senhor Ministro da Administração Interna, para esta realidade que está a afectar o nosso concelho e que, na nossa opinião, poderá vir a disparar ainda mais. Penso que há que tomar medidas em relação a este assunto.-----

-----Havia ainda uma questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara que tem a ver com uma das propostas distribuídas hoje, nomeadamente, a que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, sobre o desvio de uma Ribeira. Nós gostaríamos que nos desse, sucintamente, uma explicação acerca deste assunto, para podermos olhar esta proposta nos termos que ela justifica.” -----

4.14. O Senhor Pedro Almeida (PS) interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Antes de dar início à minha intervenção gostaria de saber se vamos ter um momento posterior para debate de cada uma das Moções aqui hoje apresentadas, ou se já estamos a fazer a discussão conjunta. -----

-----Antes de mais, quero fazer uma referência positiva à extensão do Programa Oeiras Combustíveis a novas freguesias. Este programa corresponde ao que já era um objectivo e uma intenção política demonstrada por diversos Grupos Políticos Municipais, tendo sido adoptado um método progressivo de extensão às várias freguesias. O Partido Socialista julga, até, por uma questão de condição de eficácia deste serviço, que, ao fim de mais de oito meses (constatando que este serviço está a ser alargado a mais freguesias) se deva fazer uma avaliação de como o programa está a ser recebido pelos munícipes. -----

-----Gostaria de deixar as seguintes questões à Câmara Municipal: Antes do alargamento do programa a novas freguesias, existe algum relatório de avaliação sobre o impacto do mesmo nas freguesias em que foi iniciado? Há um número estimado de munícipes que frequentaram este serviço? Há alguma estimativa sobre o número de munícipes que deixou de utilizar o transporte individual, para passar a utilizar este serviço de transporte colectivo? Já existe algum tipo de procedimento criado, para que os utentes possam encaminhar as queixas e reclamações, que possam fazer em relação a este serviço? -----

-----Em relação às moções do Partido Social Democrata, que estão em discussão, e depois de ter ouvido o Senhor Jorge Pracana (PSD), ficou claro, que, mais uma vez, o Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Social Democrata não consegue resistir àquilo que é o discurso fácil e demagógico sobre um assunto muito sério, que é a segurança dos nossos munícipes.-----

----- Partilhamos a preocupação sobre os casos que vão sucedendo (e que sempre sucederam), mas há que distinguir, por uma questão de responsabilidade, a percepção da realidade. - -----

----- Intervenções como aquela feita pelo Senhor Jorge Pracana (PSD), não contribuem para que haja um sentimento de mais segurança no Concelho. O que há para verificar é se, porventura, com dados concretos e objectivos, houve ou não um aumento da criminalidade no concelho. De acordo com o que me recordo das últimas intervenções do Senhor Presidente da Câmara, a propósito desta matéria, não houve aumento.-----

----- Reconhecemos que há, neste momento, mais efectivos de Polícia no nosso concelho, mas também há que perceber que, o problema da delinquência, não pode ser visto apenas desse ângulo. Penso que esta questão terá que ser vista de uma perspectiva mais global. -----

----- Por exemplo, na última reunião desta Assembleia, estivemos a discutir as condições de funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Todos sabemos que esta Comissão esteve, durante muito tempo, a trabalhar em condições precárias. Parece que, agora, a situação está a ser resolvida, mas o fundamental é contribuir para que a delinquência possa diminuir. Considero que o apoio à intervenção social é indispensável. -----

----- A moção refere-se a um caso em particular e é claro que apoiamos todos os esforços de articulação com a Administração do Oeiras Parque, para que se possam proporcionar melhores condições de segurança aos seus clientes. -----

----- Ainda assim, não podemos deixar de dizer que limitar essa articulação, entre a Câmara e a referida Administração, à colocação de vedações, pode ser restringir o resultado profícuo de um diálogo que o Município pode encetar. -----

----- A propósito da redacção desta proposta de recomendação, que fosse retirada esta

proposta concreta de implementação da colocação de vedações. Sem, contudo, deixarmos de apoiar o sentido político para o reforço de segurança no Oeiras Parque.” -----

4.15. O Senhor Pedro Sá (PS) referiu: -----

-----“Relativamente à moção, apresentada pelo Bloco de Esquerda, o Partido Socialista, entende fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, parece-nos precipitado e irresponsável considerar que, por natureza, desvios e alterações aos cursos de água por acção humana, são contraproducentes e errados. Tudo depende de qualquer situação e não entendemos que este tipo de considerações genéricas, esteja correcto. -----

-----Em segundo lugar, não podemos esquecer a situação concreta, que já se verifica há uma série de anos, com consequências desagradáveis, nomeadamente para os moradores da Rua Amândio César, na Outurela, e que existe na sequência do desvio da Ribeira de Outurela. É uma situação muito desagradável, mas, em qualquer dos casos, não é verdade que a CCDRLVT, como podemos verificar no documento aqui presente, tenha emitido parecer desfavorável à realocização dessa Ribeira. -----

-----A verdade é que foi emitido um parecer desfavorável a uma realocização em concreto da Ribeira da Outurela, pelo que, devemos ser exactos. Não sabemos exactamente qual será, a solução que poderá ser aprovada pela CCDRLVT. -----

-----Por outro lado, temos que ter em conta que, considerar como valor absoluto a reposição do percurso inicial da Ribeira, pode não se afigurar, em concreto, como a solução mais acertada nesta altura. É certo que a alteração do percurso da ribeira foi um erro grave, do qual resultaram consequências de todos conhecidas, mas, neste momento, vários anos depois, talvez outra solução se torne, de acordo com a melhor técnica, a mais adequada, a bem de todos os interesses em jogo. -----

-----Por fim, entendemos, igualmente, como precipitado o último parágrafo da proposta sobre a questão da indemnização. Está a decorrer um contencioso, a situação não está ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

resolvida e, neste momento, torna-se extemporâneo pensar, em jus das indemnizações em concreto, pois só, quando a situação estiver integralmente resolvida e concluída, o valor dessas eventuais compensações poderá ser exactamente calculado. -----

----- Temos que separar duas coisas: Esta situação, deriva de uma decisão que foi absolutamente incorrecta e da qual resultam prejuízos sistemáticos para alguns munícipes, mas não entendemos que a forma que está aqui proposta, seja a melhor para a resolver.” -----

4.16. O Senhor Antas de Barros (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Gostava de tecer algumas considerações relativamente a uma questão relacionada com o Conselho Municipal de Segurança. Fui indigitado, por esta Assembleia, para fazer parte desse Conselho e tinha uma perspectiva metodológica do que deveria ser um Conselho Municipal de Segurança, pelo que esperava ver algumas exposições feitas pelo responsável da PSP, da GNR, das Forças Marítimas, dos Bombeiros, de todos os que pudessem dar a sua contribuição nesse conceito de segurança concelhio. -----

----- Mas em vez disso, houve a proposta para constituição de grupos de trabalho com o fim de discutir a segurança no Concelho de Oeiras. Considerei aquilo, uma asneira de todo o tamanho, mas calei-me porque tenho, de facto, muita consideração pelo Senhor Presidente Isaltino Morais, que me transmitiu que tinha sido elaborada uma Lei acerca desse assunto, na altura, em que fazia parte do Governo. -----

----- O que se veio a verificar é que o Conselho não funcionou daquela forma. Esta é a declaração da frustração total de alguém que se oferece para participar no planeamento, na reflexão, no conceito e verifica que, por fim, dali não resultou nada. -----

----- Se isto é planear um conceito de segurança, no nosso concelho, “eu vou ali, e já volto”. Por isso, considero que temos que mudar algumas atitudes na nossa sociedade. O “carjacking”, o assalto e o roubo, são problemas que transcendem o aspecto financeiro e económico. São problemas de nível social e que temos presentes no nosso concelho. Temos que

os discutir e que encontrar soluções. Não para os eliminar, porque, em parte nenhuma, se conseguem erradicar problemas desta natureza, mas assumirmos uma posição de honestidade consciente, como cidadãos, para abordarmos o problema da segurança com a profundidade e com a importância que o órgão deve ter.”-----

4.17. O Senhor Daniel Branco (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----Em relação às moções apresentadas pelo Partido Social Democrata, creio que a questão de sugerir a vedação no Centro Comercial Oeiras Parque, parece-me irrelevante, porque é impossível controlar as pessoas que entram e saem de um estacionamento. Não vejo mal que haja contactos com a Administração do Oeiras Parque, no sentido de reforçar a segurança, mas que se proponham algumas medidas genéricas, e não esta, que me parece irrelevante.-----

-----Visitei, há pouco tempo, na companhia do Deputado da Assembleia da República, Senhor António Filipe, a PSP do Concelho, já depois da saída da GNR. Foi-me transmitido que tinham meios de intervenção que consideravam adequados, assim como, em termos dos indicadores de criminalidade, a PSP, que hoje, cobre toda a área do concelho, relevava uma situação que lhes parecia positiva. Estes problemas aparecem em toda a área, e acho bem que se faça um apelo no sentido da melhoria dos cuidados de segurança.-----

-----Quanto à questão da Outurela, já estive no local, e, não estando em desacordo com o que é, aqui, apresentado pelo Bloco de Esquerda, creio que as situações de indemnização só serão possíveis no âmbito de um processo que siga vias judiciais, motivo pelo qual, nos vamos abster em relação a essa Proposta.” -----

4.18. A Senhora Teresa Moura Guedes (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a estas moções, considero que as mesmas estão mais interligadas, do que aquilo que à primeira vista possa parecer. Tanto a questão da violência e da criminalidade, como a questão do socorro e das medidas prévias para evitar situações de catástrofe, que lesam a vida das pessoas, têm a ver com um conceito de humanismo, que neste concelho, até me parece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que tem vindo a ser mais respeitado, do que em muitos outros. -----

----- Isto poderá acontecer pela política discutível do Governo, que tem vindo a criar condições de desemprego cada vez maiores, fechando serviços, levando a falências e despromovendo iniciativas quando diz promovê-las. -----

----- A situação não tem só a ver com o Concelho de Oeiras, embora concorde com as medidas justas e viáveis que são propostas. É uma questão que me parece que deve ser pensada a um nível muito mais profundo do que apenas de um concelho, porque a violência revela-se a um nível geral. Tem que se tentar saber porquê, tem que se procurar obviar as causas e não as consequências.” -----

4.19. O Senhor Francisco Silva (BE) esclareceu o seguinte: -----

----- “Em relação ao que o Senhor Pedro Sá (PS) referiu acerca do parecer dado pela CCDRLVT, passo a informar que o Bloco de Esquerda está disposto a tirar o segundo considerando e a terceira deliberação, para que não haja problemas, e para que o Partido Socialista e a Coligação Democrática Unitária possam votar a favor da nossa Moção. Estamos sempre abertos a melhorar as nossas propostas.”-----

4.20. O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “A propósito de uma das propostas, por nós apresentada, e à qual, alguns Membros desta Assembleia sugeriram uma pequena alteração e, na qualidade de subscritor dessa proposta, queria dizer duas coisas. -----

----- No fundo, o que se procura, é reforçar o que já vem sendo feito pela Câmara. Para que desta Assembleia possa surgir uma posição uniforme em relação a este texto, eu sugeriria uma alteração que, não desviando o contexto da proposta, daria um alargamento das medidas a implementar. -----

----- Passo então a ler a alteração: “...Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, em nome da segurança que todos defendemos, que

intervenha junto da Administração do Oeiras Parque, procurando implementar as medidas que sejam consideradas pertinentes para o aumento da segurança de todos os seus visitantes...” -----

-----De um modo mais geral, deixa-se à Câmara e à Administração do Oeiras Parque, o encontrar as soluções mais adequadas para aquilo que todos queremos - segurança.”-----

4.21. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO REGISTO DO NOME DO JORNALISTA CARLOS SARAIVA NA TOPONÍMIA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

-----“Carlos Saraiva, redactor e Director do Jornal de Oeiras, foi um homem que sempre se bateu pela liberdade, nomeadamente a de imprensa, pela ética, pela amizade; -----

-----Bateu-se também por uma imprensa acessível a todos, de que os jornais gratuitos são hoje um exemplo;-----

-----Fosse em jornais de expansão nacional, como a República ou a Luta, fosse em revistas, como a Grande Reportagem, fosse ainda, em jornais regionais, como o Jornal de Oeiras, Carlos Saraiva demonstrou sempre uma profunda capacidade de intervenção cívica e um elevado rigor jornalístico, que aqui salientamos;-----

-----Embora natural de um concelho vizinho, entendemos que o Município de Oeiras, que sempre honrou as suas memórias pode e deve transmitir às gerações futuras a figura deste Oeirense de coração. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que registe o nome do jornalista Carlos Saraiva na toponímia do concelho, atribuindo o seu nome a rua ou praça de Oeiras.”-----

4.21.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 22/2008** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO REGISTO DO NOME DO JORNALISTA CARLOS SARAIVA NA TOPONÍMIA DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa ao registo do nome do jornalista Carlos Saraiva na toponímia do Concelho de Oeiras, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PSD e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que registe o nome do jornalista Carlos Saraiva na toponímia do Concelho, atribuindo o seu nome a rua ou praça de Oeiras. -----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

4.22. VOTO DE LOUVOR A ARMANDO CALDAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

----- “Na história do teatro português dos últimos cinquenta anos, o Primeiro Acto, agora Intervalo Grupo de Teatro, dirigido desde o primeiro momento por Armando Caldas, ocupa indiscutivelmente, um lugar próprio, pelo extenso currículo cultural que acumulou, pela formação artística que proporcionou, pelo alento que trouxe a um vasto público ao longo de muitos anos. -----

----- E quando se assinalam cinquenta anos de carreira de Armando Caldas, não pode

deixar de sublinhar-se a importância deste tipo de intervenção cultural, que no teatro encontra uma forma, difícil, mas imprescindível, de concretização, enquanto prática social de, como dizia Augusto Boal, uma obstinada eficácia artística.-----

-----Entre muitos outros méritos, a formação de públicos que este tipo de teatro consagra e o trabalho junto das escolas não serão, decerto, dos menos relevantes. Nesse aspecto o Primeiro Acto e o Intervalo foram, sem dúvida uma escola de cidadania: não porque necessariamente tivessem atraído um maior número de espectadores (embora também o tenham feito), mas porque se posicionaram num lugar próximo, porque solicitaram uma atenção e uma cumplicidade especiais e porque exercitaram o artístico na vida de cada um de nós. -----

-----Por isso, a Assembleia Municipal, reunida em vinte e um de Abril de dois mil e oito, delibera aprovar um voto de louvor a Armando Caldas e manifestar a seu regozijo pela sentida homenagem que um vasto leque de gente de teatro e de cultura lhe prestou no passado dia quinze de Abril no Teatro da Trindade, assinalando cinquenta anos de uma carreira apaixonadamente dedicado ao Teatro.” -----

4.22.1. O Senhor Macieira Coelho (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de me associar pessoalmente a este Voto de Louvor. Conheço há muito tempo o Senhor Armando Caldas, tenho por ele uma grande consideração, e acho que, além de ter sido um óptimo actor, consagrado, em companhias de teatro, é um grande encenador, que dirige grandes representações, que tem divulgado o gosto pelo teatro, e é um grande conhecedor dessa cultura. Acho que este Voto de Louvor é muito merecido, e queria ter, muito gostosamente, o prazer de me juntar ao mesmo.”-----

4.22.2. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Político Municipal da Coligação Democrática Unitária, o qual foi aprovado por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Oeiras Mais À Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 23/2008** -----

----- **VOTO DE LOUVOR A ARMANDO CALDAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU.** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Voto de Louvor a Armando Caldas, apresentado pelo Grupo Político Municipal da CDU e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar um Voto de Louvor a Armando Caldas e manifestar o seu regozijo pela sentida homenagem que um vasto leque de gente de teatro e cultura lhe prestou no passado dia quinze de Abril no Teatro da Trindade, assinalando cinquenta anos de uma carreira apaixonadamente dedicada ao teatro.-----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.

4.23. O Senhor Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Começando pelas questões colocadas pelo Bloco de Esquerda, a propósito da implementação de um Centro Comercial nas instalações da Direcção-Geral do Património, em Carnaxide, devo dizer que, sobre essa matéria, a Câmara Municipal soube, com certeza, na mesma altura que o Bloco de Esquerda.-----

----- Esses projectos são apresentados no Ministério da Economia e a Câmara Municipal tem um membro na Comissão, que aprecia esses projectos e, o Município também se pronunciou desfavoravelmente. Esse é um projecto que não serve os interesses do Município e que não se enquadra naquele contexto.-----

----- Foi prometido vender aquele terreno, que era do Estado, a uma empresa e a Câmara

Municipal manifestou exercer o direito de preferência, relativamente ao mesmo, no caso de não ser desenvolvido um projecto que não correspondesse às expectativas do Município para aquele espaço.-----

-----Há o propósito de se fazer uma espécie de variante, na zona industrial de Carnaxide, a nascente do cemitério, de modo a descongestionar a Avenida do Forte. Esse processo tem sido acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide, visto que foi delegado nele o desenvolvimento de negociações com os empresários da zona, no sentido de levar por diante esse projecto, que está praticamente concluído e que será em breve, posto a concurso. -----

-----A posição que a Câmara transmitiu à Parpública, entidade detentora do terreno, é de aguardar que sejam apresentados projectos que se enquadrem naquela área, para que possa ser dado parecer. -----

-----Caso contrário, a Câmara Municipal exercerá o direito de preferência, fará um projecto para o local e venderá em hasta pública, salvaguardando as cedências de terreno, que são necessárias para fazer ligações, estando prevista, por exemplo, a construção de um viaduto que ligará a Linda-a-Velha. -----

-----Relativamente às cheias, quero lembrar que, por vezes, são feitas intervenções muito bombásticas sobre esse assunto, diz-se muita coisa, muito disparate, como por exemplo, que se constrói em leito de cheias.-----

-----Desafio qualquer um a demonstrar que, nos últimos vinte anos, se fez alguma construção em leito de cheias. Em Oeiras, não se fazem construções em leito de cheias, pelo contrário, se as cheias que houveram há meses, tivessem ocorrido nas mesmas circunstâncias e se o leito de cheias estivesse como estava há vinte anos atrás, teríamos centenas de mortos.-----

-----Com frequência há esta tendência, para ver catástrofe em tudo e não ver o aspecto positivo. Nos últimos vinte anos, foram retiradas centenas de famílias do leito de cheias das ribeiras do concelho. Que o povo tenha memória curta, eu até compreendo, mas os políticos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

surpreendem-me. Dá a impressão que somos masoquistas. -----

----- Não quero ficar só eu próprio com o atributo de ter resolvido estes problemas. Quem esteve nesta Assembleia Municipal ao longo dos anos e foi aprovando os projectos apresentados, contribuiu para os contornos do concelho que temos. -----

----- Foram centenas de famílias que saíram do Jamor, da Ribeira da Lage, da Pedreira Italiana, e que, se estivessem lá agora nestas cheias, tinha ido tudo. Muita coisa melhorou e não há nenhuma construção em leito de cheia. -----

----- O caso tão decantado que tem sido falado sobre a Outurela, não se situa na Ribeira de Outurela. É numa linha de água que é afluente dessa ribeira. Não é a mesma coisa, porque a Ribeira de Outurela, normalmente tem água, enquanto esta linha de água só tem água quando chove muito. -----

----- O que aconteceu foi uma má implantação de três ou quatro edifícios, aquando da sua construção. Não trouxe benefícios a ninguém e passou despercebida a todos, porque o construtor que fez esses prédios tinha direito a fazê-los, tinha licenças, tinha tudo. Não houve ali, qualquer abuso da implantação, o que houve foi um erro técnico. Este problema surgiu, porque entrou água para a cave de três prédios, por estarem mal construídos e não, por estarem perto da linha de água. Infelizmente, há muitos prédios que metem água nas caves, sem ter próxima qualquer linha de água. -----

----- Estou a dar a perspectiva técnica, de acordo com as informações que tenho na Câmara Municipal e a conclusão, é que esses prédios foram mal construídos. Há centenas de prédios neste concelho e neste país, cujas caves estão inundadas de água e que têm que usar uma bomba para a expelir, cada vez que atinge certo nível. Precisamente por estarem mal construídos. -----

----- A Câmara entende e admite fazer a impermeabilização daqueles prédios. No contexto das obras que são necessárias fazer, a Câmara já assumiu, perante os moradores, que faria essa impermeabilização. O problema já estaria resolvido. -----

-----O parecer da CCDRLVT tem mais a ver com o projecto da estrada, do que com o projecto da ribeira. O que está agora em causa, já não é a deslocalização da ribeira. O que acontece é que há aqui uma teimosia, tipo chantagem, por parte de alguns moradores daqueles prédios. E o que eles querem, não é resolver o problema da ribeira, o que não querem é a estrada que vai passar em frente, mas quando foram comprados os andares, já sabiam que aquela estrada se ia fazer, ela faz parte do Plano de Pormenor da zona de Outurela/Portela e do Alto dos Barrinhos. -----

-----O problema acabaria, se a Câmara Municipal lhes fizesse a vontade. Esses senhores dizem que a anterior Presidente da Câmara cedeu em construir essa estrada mais afastada. Recebi uma carta, onde estava escrito que teria existido esse compromisso, mas, tendo, eu próprio, falado com a Doutora Teresa Zambujo, foi-me confirmado, por ela, que nunca tinha assumido esse compromisso. -----

-----Se a Câmara gastasse mais uns milhares de contos, expropriasse terreno para sul e fizesse a estrada com o afastamento que os moradores querem, acabava-se a discussão. Mas não foi cometida nenhuma ilegalidade por parte da Câmara e os técnicos também têm responsabilidades. Nenhuma Câmara, em qualquer parte do mundo, pode ver tudo o que se passa, e essa é uma responsabilidade dos técnicos. Estive no local com o Senhor Presidente da CCDD e ali acordámos como a obra se iria fazer. Como calculam, fazer aquela estrada, que prolonga a Avenida Bernardino Machado e segue até à rotunda que irá ligar a Miraflores, é vital para o descongestionamento do nó de Linda-a-Velha, e meia dúzia de moradores estão a prejudicar milhares de pessoas daquela freguesia. -----

-----Da reunião que tivemos com a CCDD, esta transmitiu-nos que, se a Câmara Municipal apresentasse um projecto, que salvaguardasse, literalmente, aquilo que a lei prescreve em relação a distâncias de linhas de água, o mesmo seria aprovado. -----

-----O Município já enviou à CCDD um novo estudo que foi feito, exactamente, nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

termos que a lei prescreve nesta matéria e estamos a aguardar que a CCDR nos responda. -----

----- Fui eu que assinei o ofício para a CCDR, e não me interessa o que eles dizem ao Senhor Francisco Silva (BE), aliás, acho que devia questionar-me sobre as dúvidas que tem, e não a CCDR. A ética da política, nomeadamente nas relações entre a Câmara e a Assembleia Municipal, passam por questionar o Presidente da Câmara e não andar “qual bufo” nas repartições públicas, para tentarem apanhar a Câmara nalguma coisa. Isso é que é uma vergonha.

----- É a Câmara Municipal que se deve questionar. E se o Senhor Francisco Silva (BE) quer uma informação séria e correcta, pergunte-me o que quiser. E terei muito gosto em lhe dar todas as informações, em lhe dar o dossier todo para poder consultar. Estou a dizer que já enviámos o novo estudo para a CCDR e ainda não obtivemos resposta, e se alguém diz o contrário, está a mentir. -----

----- Considero que estas são discussões importantes, mas gostaria que ficasse claro que, da parte da Câmara, há uma defesa intransigente das linhas de água. Temos vindo a retirar as construções dos leitos de cheia. -----

----- Na Pedreira Italiana, ainda temos algumas construções no leito de cheia, onde vivem três ou quatro famílias. A Câmara já tem casa para dar a essas pessoas, mas resistem, o que torna este processo muito lento. -----

----- As últimas cheias demonstraram que é fundamental que as infra-estruturas urbanas correspondam à pressão que sobre elas é exercida, designadamente pela construção. O problema da impermeabilização do solo, passa muito pela qualidade dessas infra-estruturas. Ao nível do Concelho, as infra-estruturas municipais responderam perfeitamente. -----

----- Dando um claro exemplo disso, a linha de água que vai para a Cruz Quebrada/Dafundo, vem do Alto de Santa Catarina. Não vem de Sintra, nem da Amadora, vem do Concelho de Oeiras. E a Câmara sentiu-se na obrigação de encontrar uma solução. Está aqui presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo e também

Comandante dos Bombeiros, Senhor Carlos Jaime. Durante vinte anos, encontrávamo-nos ciclicamente, às duas, três, quatro, cinco da manhã, no Dafundo, para que, às oito, quando as pessoas saíssem de casa, tivessem aquilo limpo.-----

-----Dizia-se que não havia solução. Mas, numa dessas madrugadas, discutíamos esse assunto e eu próprio, em jeito de provocação, sugeri uma solução mirabolante e irrealista, que custaria milhões. A ideia passava por construir um colector, ao longo da encosta de Santa Catarina, que levasse as águas para o Jamor. E se fosse necessário, criavam-se ainda uns tanques de contenção, com milhares de metros cúbicos. Quando o Engenheiro me perguntou quanto custaria, respondi que aproximadamente dois milhões de contos. No mesmo dia, já de manhã, apareceu uma solução no meu gabinete. A duplicação da Ribeira do Jamor.-----

-----Quem viu aquilo, pôde ver que a instalação de infra-estruturas ao longo dos anos, desde colectores domésticos, condutas, cabos de todo o tipo, etc., atravessavam-se ao longo da secção, e naturalmente, as águas batiam ali e havia o refluxo. Além de que, a conduta deixou de ser suficiente para as águas. -----

-----Congeminou-se um projecto, fez-se a obra e nunca mais houve cheias no Dafundo. Há algum risco que está ligado ao assoreamento da secção da ribeira, por isso se faz o desassoreamento todos os anos. Desde que os esporões da Ribeira do Jamor foram rebentados, há uma tendência natural para haver um maior assoreamento. -----

-----Entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Porto de Lisboa, e no âmbito do desenvolvimento da área da antiga Lusalite, tem sido estudada a possibilidade, da construção do prolongamento dos esporões da Ribeira. Estando prevista a construção de uma marina, e com o molhe que a vai proteger, acabará o problema do assoreamento nos moldes em que hoje se verifica. É o que dizem os técnicos.-----

-----Gostaria ainda de chamar a atenção para o facto, de que a solução que foi encontrada para o Dafundo, deu resultado. Se considerarmos estas cheias que agora aconteceram, e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

primeira pessoa a quem liguei nessa altura, foi ao Senhor Comandante dos Bombeiros do Dafundo, com espanto, ouvi que estava tudo bem. Passei no local e apenas havia, junto ao antigo jornal, uma parte que tinha três ou quatro centímetros de altura de água. -----

----- Isto significa que há outras situações que têm solução. Temos grandes problemas de cheias em dois sítios, perfeitamente identificados. E mais uma vez, não vale a pena estarmos a ser masoquistas. Temos esse problema identificado na Ribeira de Algés e em Tercena. E em Tercena, eu próprio, estive no local com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, e assistimos ao rebentar da estrada, mas neste caso, a cheia não é no Concelho de Oeiras. Esta verifica-se no Concelho de Sintra, vinda de Massamá. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras é que tem que investir, que fazer um esforço para resolver o problema das infra-estruturas, com vista a dar resposta às situações que se situam a montante? -----

----- Este é um bom exemplo de como a regionalização faz falta, de como é importante um governo metropolitano e de que haja alguém acima das Câmaras Municipais. Porque a Câmara de Oeiras anda para um lado, a Câmara de Sintra para outro, a Câmara de Cascais para outro, e não há ninguém que meta isto nos eixos. Por isso, era fundamental que fossem desenvolvidas infra-estruturas que resolvessem o problema inter-municipal. -----

----- Considero que, por vezes, aqui, exageramos, falando da impermeabilização e o leito de cheias na ribeira, etc., e mais uma vez tenho um testemunho, porque, quando acontecem estas situações, não consigo dormir. Choveu entre as quatro e as seis e meia da manhã, e a essa hora, já estava em Algés, num café. Durante essa meia hora não choveu e às sete horas encontro-me junto à boca da Ribeira de Algés, no Largo Comandante Augusto Madureira. Entre as sete e as sete e dez, nesse pouco espaço de tempo, assisti a uma cena assustadora: A Ribeira estava aproximadamente a meio da secção e a água escoava perfeitamente, mas de repente, começou a subir a um ritmo alucinante e acabou por transbordar e por inundar toda a zona da baixa de

Algés.-----

-----Pelo que vi, estou convencido que, se duplicar, ou triplicar a secção da Ribeira, este problema fica resolvido. O que acontece é que a água não cabe ali. Mas de onde veio tanta água em tão pouco tempo? Só três dias depois, é que percebi donde vinha tanta água, quando vi o índice de pluviosidade daquele dia, no diário económico. É que aquela foi a altura em que mais choveu na zona da Amadora e da Buraca, tendo a mesma demorado cerca de meia hora a chegar ali. Não foi água “gerada” no nosso território.-----

-----Por vezes, podemos criticar ou beliscar a administração da Câmara ou do Governo, mas temos que saber o que estamos a dizer. Não podemos querer responsabilizar o Município de Oeiras, por todos os males que acontecem no nosso território, uma vez que alguns são gerados noutra território.-----

-----Passa-se o mesmo no trânsito. Veremos uma apresentação e discutiremos, em breve, nesta Assembleia, um Estudo de Mobilidade, onde está explícito que, passam mais carros por Oeiras, por dia, do que na Ponte Vasco da Gama. Passam cento e quarenta e cinco mil carros, por dia, no nosso concelho.-----

-----Aliás, quero dizer-vos que, temos outras consequências. Como exemplo, Oeiras é o único município em que a SANEST se enganou nos cálculos, ao nível do esgoto. Nos concelhos de Sintra, Amadora ou Cascais, não há problema nenhum, relativamente a este aspecto. Enganou-se com uma margem de erro próxima dos trinta por cento, porque quando chove, se contássemos só com a “nossa” chuva, estava tudo bem. O problema decorre das infiltrações no sistema, que são provocadas por toda a chuva que vem de todo o lado. Estamos a pagar pelo que chove aqui e pelo que chove nos outros lados, razão pela qual, temos uma dívida à SANEST, e não pagamos, enquanto não forem estabelecidas determinadas regras que achamos que devem ser definidas.-----

-----Para Tercena e para Algés, fizemos uma proposta à CCDR, ao Senhor Ministro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ambiente e ao INAG, no sentido da obra da Ribeira de Algés arrancar, uma vez que está prevista ser executada pelo INAG há mais de vinte e cinco anos, ainda eu não era Presidente da Câmara. Nunca se fez porque é muito cara, e pela primeira vez proponho às entidades, que referi, que a Câmara Municipal de Oeiras está disponível para suportar até cinquenta por cento do custo, pagando o Governo os outros cinquenta por cento. Parece-me justo, na medida em que, as outras Câmaras Municipais, Amadora, Sintra, etc. canalizam toda essa água para cá. No caso de Tercena, a obra terá que começar no Concelho de Sintra. -----

----- Quanto à questão dos estragos materiais, estes foram, essencialmente, nos equipamentos públicos e no comércio, em Algés. Houve comerciantes, em Algés, que foram prejudicados, mas se eles não forem compensados pelo seguro, não é a Câmara Municipal que os vão compensar. Houve alguns prejuízos, mas nada que se compare, com o que aconteceu em mil novecentos e oitenta e três, com menos água do que houve agora. -----

----- Quanto à farmácia do Dafundo, é legal a transferência das farmácias de um local para outro. Sabemos que o Dafundo precisa de farmácias, mas esta questão da transferência é permitida por lei. -----

----- Quanto à rede de saneamento de Algés, as obras do Proqual causaram alguns problemas, havendo até algumas casas que passaram a ter, em determinados períodos, de muita chuva, algumas infiltrações, ao nível das caves, com esgoto. Isso aconteceu porque não houve uma compatibilização entre os projectos do Proqual e os do sistema de saneamento básico de Algés. -----

----- Neste momento, está em execução um projecto, cuja estimativa, andarà na ordem dos dez milhões de euros, para resolução do problema do saneamento básico em Algés, desde a parte alta à baixa. Estão os SMAS a desenvolver os estudos necessários que vão resolver definitivamente este problema. Esta é uma obra que demorará cerca de três anos a concluir, e que arrancará no próximo mandato. -----

-----Sobre os candeeiros caídos em Paço de Arcos, julgo serem os que estão no lote do próprio Centro de Saúde e que estão ligados ao seu contador, pelo que deveria ter sido este a providenciar a reparação dos ditos candeeiros. Mas iremos, de qualquer modo, averiguar isso, para que se resolva.-----

-----Relativamente à questão dos plátanos, não tenho a certeza se essas árvores, de que falou o Senhor Eugénio Barata (PS) são plátanos, ou choupos. Os plátanos também largam algum algodão, e diz-se que até podem provocar alergias, mas as nossas reclamações incidem mais nos choupos. Tenho informação de que, na Rua da Figueirinha e na Quinta das Palmeiras, se trata de choupos, e não de plátanos.-----

-----Relativamente aos choupos, é um programa desta Câmara há uns anos, e a ideia é eliminar gradualmente todos os choupos em meio urbano, como árvores de alinhamento. Só ficarão choupos em parques, em zonas de ribeiras, etc. Além desse inconveniente da alergia, ainda têm uma grande propensão para o crescimento das raízes, que poderão afectar as condutas de água e de esgotos. A estratégia é de erradicação dos choupos. A zona da Figueirinha está inserida num dos planos de intervenção, que dão pelo nome de Áreas Plano, e irá ser feito nesta zona algo idêntico ao que se fez no Bairro Bento Jesus Caraça, ou Bairro Augusto Castro, estando prevista a eliminação dessas árvores e a sua substituição por outras.-----

-----Relativamente ao canil, a Câmara Municipal tem um plano, que foi aprovado recentemente, que dá pelo nome “Projau” e que está em fase de apreciação pela Direcção-Geral de Veterinária, o projecto dos equipamentos, para entrega ao Instituto Zoófilo Quinta Carbone. -

-----Julgo que o Senhor Arnaldo Pereira (CDU) pela sua presença no último mandato da Câmara, deve saber como este projecto andou enguiçado, tendo havido várias alterações à legislação, e o último parecer da Direcção-Geral de Veterinária, foi negativo por uma razão que nos surpreendeu a todos.-----

-----No projecto, a pedido da Quinta Carbone, tinha sido incluída uma clínica, com todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as condições para cirurgia a animais. E a Direcção-Geral de Veterinária deu parecer negativo, uma vez que, sendo a Quinta Carbone uma associação zoófila, não tinha que ter lucros, não podia fazer negócio com os animais. Isso iria interferir com o negócio dos veterinários. São eles que se opõem a essa situação. -----

----- O projecto teve que ser reformulado e aguardamos novamente o parecer dessa Direcção-Geral, para poder avançar com a obra.-----

----- Por outro lado, estão a decorrer campanhas trimestrais, com diversas parcerias, de adopção de animais abandonados, de campanhas de vacinação e de esterilização, pagas pela Câmara Municipal, além da construção de vários canis, em vários pontos do Concelho.-----

----- Não se pode, por isso dizer, que a Câmara não tem uma política de apoio ao animal, pelo contrário, estamos a desenvolver esforços nesse sentido e aguardamos também, o parecer, relativamente às instalações de Vila Fria, na medida em que, vamos ali fazer um canil provisório, melhorado, enquanto não está construído o de Carnaxide. -----

----- Conforme considero, que a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, acerca do assunto da Ribeira, não tem razão de ser, uma vez que o assunto em breve, estará resolvido (embora concorde com a discussão dos diversos assuntos, nesta Assembleia), também considero que a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, sobre a criminalidade, neste momento não tem muita razão de ser.-----

----- Sabemos como a questão da segurança é um ponto sensível, e que as pessoas ficam preocupadas, principalmente quando existe criminalidade violenta. Mas esse tipo de criminalidade, pode acontecer em qualquer lado. Houve, há aproximadamente um ano, um homicídio em Barcarena, de um jovem estudante de farmácia, que terá estado ali numa festa e viu alguém que estava a assaltar um carro, resolveu intervir e inopinadamente, julgo que foi morto à facada. -----

----- Passado um ano, acontece este caso no Oeiras Parque, suspeitando-se que o homicida

será o mesmo que matou uma senhora na zona de Sacavém. São situações de criminalidade muito violenta, mas que podem acontecer em qualquer lado. Aqui, discordo do argumento do Senhor Jorge Pracana (PSD), quando diz que estas coisas acontecem, pelas características do Concelho. - -----

-----Este tipo de criminalidade pode acontecer em qualquer circunstância, em qualquer lado, e embora se trate de um crime, que, além de violento, acaba por ser chocante, quando se trata de pessoas que conhecemos. Oeiras tem dos mais baixos índices de criminalidade da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Em matéria de policiamento, sempre expressei aqui o meu reconhecimento e a minha admiração pela Guarda Nacional Republicana, sempre disse que estávamos satisfeitos com a actuação das duas forças policiais, PSP ou GNR, que qualquer uma nos agradava. O que era preciso, era que estivessem em número suficiente. Pela primeira vez, temos o número de agentes correspondente à lei, isto é, temos em Oeiras, cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco polícias, o que corresponde ao rácio que a lei estabelece para a nossa população. -----

-----Não me parece, estar neste momento, a exigir mais polícias, enquanto a lei não for alterada, tendo em conta os indicadores de criminalidade que temos. Nas freguesias, e temos aqui dois Presidentes de Junta - que podem expressar a sua opinião - uma vez que tinham GNR e agora têm PSP, mas as informações que tenho, é que as pessoas estão mais satisfeitas, uma vez que vêem mais polícias na rua. -----

-----Em localidades como Tercena, Barcarena, Queluz de Baixo, etc., vêem-se hoje mais elementos da PSP na rua, do que se viam elementos da GNR. O grau de satisfação, nesse aspecto, é maior. Naturalmente, é preocupante e chocante, que, na nossa sociedade, se mate tão facilmente, que não se tenha qualquer apreço pela vida, mas daí a resvalar para uma situação de dramatismo excessivo, dando a impressão que se instalou uma insegurança total, vai uma distância muito grande e, sinceramente, acho que não há razão para se apresentar uma moção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com estes contornos.-----

----- Quanto à questão das obras no Centro Comercial Oeiras Parque, julgo que também não faz sentido tapar as entradas, porque não é isso que gera problemas de insegurança. Se pensarmos assim, temos que andar sempre a mudar a estrutura dos edifícios, e se não entrassem pela parte que fosse fechada, entravam por onde toda a gente entra com os carros. -----

----- Estas coisas não acontecem só em zonas fechadas, também acontecem em zonas abertas. No mesmo dia, uma senhora foi morta em Sacavém e tudo indica que foi na rua.-----

----- Já promovi várias diligências com a Administração do Oeiras Parque, no sentido de ser reforçada a segurança, com mais efectivos humanos a fiscalizar o espaço e com a modernização da videovigilância. -----

----- Quanto ao Combus, já foi desenvolvida alguma apreciação sobre o projecto, mas ainda não há uma avaliação formal. Ela será feita, antes do projecto arrancar para outras freguesias. O nosso propósito era ter sistemas, mais ou menos autónomos, em cada freguesia, e verificámos, por exemplo, que, em Queijas, o Combus, não era muito aproveitado, e não fazia muito sentido, ter ali, um autocarro só para Queijas. -----

----- Assim, foram feitas algumas alterações, estabelecendo a melhor articulação entre Queijas, Carnaxide e Linda-a-Velha. Por outro lado, no percurso de Algés, procurou-se fazer o itinerário Algés – Cruz Quebrada/Dafundo. Neste momento, o que se está a fazer, já não é o que estava previsto inicialmente, mas estou de acordo com essa avaliação, que será feita antes do projecto ser alargado a mais freguesias. -----

----- Relativamente à questão levantada, sobre os munícipes deixarem de utilizar o transporte individual, para passarem a ir de autocarro, na minha opinião, duvido que alguém o faça. Este transporte tem características sociais acentuadas e é utilizado por pessoas que andavam a pé, ou que já utilizavam o transporte colectivo, sendo a maioria dos utilizadores, pessoas idosas.-----

-----Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, deve ter havido algum lapso na conversa que tive com o Senhor Antas de Barros (PSD), uma vez que não poderia ter dito que este regulamento foi feito quando fui ministro. Muito antes de ter sido ministro, já o regulamento estava feito. O que aconteceu e que lhe poderei ter dito, foi que, enquanto Presidente de Câmara, participei na discussão, em que, há uns anos atrás, os Conselhos Municipais de Segurança, foram criados. -----

-----Há organismos que, muitas vezes, antes de nascerem, já estão mortos. O Conselho Municipal de Segurança tem ou não poderes? Não tem, porque é um Conselho de natureza consultiva, onde estão presentes as forças policiais, o Ministério Público e cujas deliberações não têm eficácia imediata, mas é um fórum importante para discutir os problemas da segurança.-----

-----Nos termos da lei, e de acordo com o que são as suas competências, o Senhor Antas de Barros (PSD) não tem que se calar, mas sim, dizer o que acha que deve, relativamente aos problemas que têm a ver com as competências do Conselho.-----

-----A ideia dos grupos de trabalho, ao contrário do que se possa pensar, foi criada no sentido de dignificar esse Conselho Municipal, para lhe dar algum “elain”, criar algum envolvimento nas pessoas, para se poderem debruçar sobre os diversos temas, que depois seriam discutidos no Conselho Municipal de Segurança e por fim, o Ministério Público, ou a Polícia de Segurança Pública, a Câmara Municipal, ou até a Protecção Civil, poderem abordar e responder a determinadas questões que sejam colocadas no Conselho. -----

-----No caso de haver determinado tipo de propostas, na sequência de estudos feitos, isso pode dar azo ao desenvolvimento de qualquer política, quer ao nível do Município, quer ao nível do Governo.” -----

4.24. O Senhor Antas de Barros (PSD) acrescentou, dizendo o seguinte: -----

-----“Se vossa excelência estava a pensar em dignificar o Conselho, com os grupos de trabalho, não dignificou, esvaziou. E que em determinada altura, o Senhor utilizou o termo “meu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ministério”, também é verdade, mas posso perfeitamente ter entendido mal. -----

----- Há pouco terminei mal o meu discurso. Devia ter terminado da seguinte forma: “fui indigitado por esta Assembleia para a representar, juntamente com outros colegas, no Conselho Municipal de Educação. Se eu for chamado a esta Assembleia, e se me perguntarem o que foi tratado e o que foi falado, eu respondo nada. Era aqui que gostaria de terminar. -----

----- Continuo a estar convicto que a dinâmica dos grupos de trabalho, não conduz, efectivamente, a nada, porque esperava que os técnicos pudessem contribuir para me transmitirem algum conhecimento, informações ou estatísticas, que eu utilizaria para transmitir a esta Assembleia, mas isso não aconteceu.” -----

4.25. O Senhor Francisco Silva (BE), em Defesa da Honra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, na política não vale tudo, e há certas coisas que não admito, tais como, pôr em causa certos princípios morais, pelos quais eu me rejo. Não vou descer o nível, porque o senhor ganhava-me com a sua experiência. Só não admito este tipo de referências, até porque, eu próprio, nem sequer tenho idade para ter andado na Mocidade Portuguesa. -----

----- Eu contactei a CCDR como cidadão, não como “bufo”. Essa palavra deve ser mais familiar a si, do que a mim. Não tenho que lhe pedir autorização para nada, não lhe presto vassalagem, atitude que talvez lhe agradasse, mas não faço parte do seu Grupo Político. Tenha consciência que o tecto é falso e que o telhado é de vidro. Digo isto não só para si, mas também para outras bancadas que, por outras vezes, já manifestaram essa falta de consideração, para com o Bloco de Esquerda. -----

----- Apesar de tudo, moralmente, nunca teve nada por parte do Bloco de Esquerda, por isso, o respeito devia ser mútuo. -----

----- Em relação ao Senhor ter falado pelo anterior executivo, gostava de ouvir um esclarecimento dado pela Senhora Teresa Zambujo (PSD), sobre qual a posição do anterior executivo, referente ao caso, dos moradores dos prédios, que há pouco foi aqui discutido.”-----

4.26. O Senhor Eugénio Barata (PS), pediu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Gostava de perguntar ao Senhor Presidente se a zona da Quinta das Palmeiras e da Quinta do Barão se fazem, ou não, parte do Concelho de Oeiras. Pergunto isto, porque o senhor não se referiu a estas zonas, apenas mencionou a Rua da Figueirinha. -----

-----Gostaria ainda de dizer que, o Senhor Presidente da Câmara, sabendo como estas árvores são prejudiciais devido a esse algodão que largam, continua a plantá-las, como está aqui noticiado e vou passar a ler: “...esta terça-feira, à plantação da árvore doze mil, do plano estratégico de arborização que a Câmara Municipal de Oeiras tem vindo a implementar, Isaltino Morais, Presidente da Autarquia, fez questão de ser ele próprio a plantar este exemplar, um plátano, no Jardim de Santa Catarina...”-----

-----Andamos a fazer algum esforço para que não haja mais destas árvores no Concelho e elas continuam a ser plantadas.”-----

4.27. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar, não disse aqui nada contra os plátanos, falei dos choupos. Até disse que talvez se tivesse enganado, quando falou dos plátanos. Porque plátanos, continuaremos a plantar. Disse que estava a decorrer uma política de erradicação dos choupos. Neste momento, a Câmara tem pareceres, dados por especialistas nessa área, de que o plátano não provoca qualquer tipo de alergia. Pensei que o senhor ia elogiar a Câmara pelo facto de estar a cumprir o plano de arborização, em que assumimos um compromisso de plantar vinte e cinco mil árvores, já tendo plantado doze mil. Todos os pareceres que temos, expressam que o plátano é uma árvore benéfica. Na minha intervenção, disse que íamos arrancar os choupos, nunca os plátanos.-----

-----Queria ainda dizer ao Senhor Francisco Silva (BE) que fui da Mocidade Portuguesa, e o senhor só não foi, porque na altura ainda não era nascido. Nessa altura, e na minha idade, haja o primeiro que diga que não foi da Mocidade Portuguesa. Nessa altura, só aprendi coisas boas. Dei umas passeatas, fazia campismo e actividade desportiva. Como estava em Bragança,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nunca lá ouvi, que fosse uma organização fascista, com grande componente ideológico, etc. Talvez isso acontecesse nos primeiros tempos, mas quando eu fui da Mocidade Portuguesa, aquilo que se fazia era campismo, actividades desportivas, etc. -----

----- Queria ainda pedir-lhe desculpa pela expressão “bufo” que há pouco usei. Talvez esse não fosse o termo mais adequado, até porque o senhor não foi “bufar”, foi lá recolher informação, portanto, não sendo a expressão que eu queria usar, peço-lhe desculpa. O que queria dizer era que, sobre esse assunto, não devia dirigir-se à CCDR, mas sim, perguntar à Câmara Municipal. -----

----- Disse que foi lá como cidadão, mas isso pode ter várias leituras. Pode ter ido como cidadão anónimo, como Membro da Assembleia Municipal de Oeiras, e esta discussão não sei onde nos levaria. O que não tenho dúvidas, é em reafirmar que, em primeiro lugar, era à Câmara Municipal que o senhor deveria ter pedido essa informação. Se essa informação não lhe agradasse, ou se duvidasse dela, então, poderia então tirar as suas dúvidas com a CCDR.” -----

4.28. “MOÇÃO RELATIVA AOS PREJUÍZOS DERIVADOS DAS CHEIAS NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BE. --- -----

----- Considerando que: -----

----- Os prejuízos derivados das cheias no Município de Oeiras, como os que aconteceram a dezoito de Fevereiro, são cada vez mais frequentes; -----

----- A CCDRLVT embargou a obra da VLN com base em ilegalidades cometidas pela Câmara Municipal de Oeiras; -----

----- A CCDRLVT exige a resolução das referidas ilegalidades e emitiu parecer desfavorável à realocação da ribeira da Outurela;-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e um de Abril de dois mil e oito delibera que: -----

-----A ribeira seja reposta segundo o seu percurso mais adequado;-----

-----A Câmara Municipal de Oeiras tome as medidas necessárias para sanar as ilegalidades referentes a este processo (quinhentos e cinquenta e seis barra dezanove mil cento e oitenta e dois CCDRLVT)”-----

4.28.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Moção apresentada pelo Grupo Político Municipal do Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada, com cinco votos a favor, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, com vinte e sete votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e onze do Partido Social Democrata e sete abstenções do Partido Socialista.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 24/2008**-----

-----**MOÇÃO RELATIVA AOS PREJUÍZOS DERIVADOS DAS CHEIAS NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BE.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção relativa aos prejuízos derivados das cheias no Município de Oeiras, apresentada pelo Grupo Político Municipal do BE, tendo a mesma sido rejeitada, com cinco votos a favor, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, com vinte e sete votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente e onze do Partido Social Democrata e sete abstenções do Partido Socialista.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

4.28.1.1 O Senhor Pedro Sá (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Concordando com a motivação política que esteve na base da proposta, o Partido Socialista não poderia, em consciência, votar contra ela. Não concordando com a resolução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apresentada, por não ser, eventualmente, a solução técnica mais adequada, agora, em dois mil e oito, o Partido Socialista não poderá também votar a favor da mesma.-----

----- Daí a nossa abstenção, a qual significa um empenhamento político na resolução deste problema, através da melhor solução que o permita resolver causado por intervenções ilegítimas na linha de água e que tantos prejuízos tem causado a vários moradores.-----

----- O Partido Socialista, lamenta, mais uma vez, nesta Assembleia, a demora substancial que se continua a verificar na resolução deste problema, e também lamenta que na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara tenha preferido deitar as culpas aos moradores, os quais, nos termos gerais, actuam em defesa dos seus interesses legítimos, em lugar de ter pugnado mais cedo pela rápida resolução da situação, de forma a que a CCDR pudesse permitir mais cedo, a conclusão da VLN naquele troço fundamental para a mobilidade nas freguesias mais a oriente do Concelho, Carnaxide, Linda-a-Velha e Algés.-----

----- O Partido Socialista vai apresentar um requerimento, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara o envio da documentação, com uma cópia da proposta de resolução do problema, que terá sido enviada à CCDR”-----

4.28.1.2. O Senhor Francisco Silva (BE) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- O Bloco de Esquerda lamenta que esta moção não tenha sido levada à frente e lamenta também que, mais uma vez, o escudo do Partido Socialista para não aprovar tantas resoluções, seja a demagogia fácil. Essas moções serviriam os moradores, mas não lhes dariam os votos necessários.”-----

4.28.1.3. O Senhor Presidente da C.M.O., em Defesa da Honra, fez a seguinte intervenção: ---

----- “Esta intervenção, em Defesa da Honra, é relativa à Declaração de Voto, feita pelo Senhor Pedro Sá (PS), a qual eu repudio veementemente. A Câmara Municipal, anda há dois anos a tentar resolver este problema. Promoveu reuniões com advogados e com moradores, que recusaram vir a essa reunião, com o argumento, de que, só viriam, se o Presidente da Câmara

aceitasse dar andamento aquilo, que eles dizem ser, o compromisso assumido com a antiga Senhora Presidente da Câmara, Teresa Zambujo.-----

-----Precisamente por isso, confrontei a Senhora Vereadora Teresa Zambujo, perguntei-lhe quais eram os compromissos assumidos e confirmou-me que não havia compromisso nenhum. O único comprometimento que havia era relativamente à estrada provisória, que se fez, e que, depois do assunto resolvido, a mesma seria fechada. Mas não no sentido de afastar a estrada nos moldes em que eles o pretendiam. -----

-----Não me desculpo com ninguém e assumo as minhas responsabilidades. Mas também não deixo de responsabilizar os outros, e os moradores recusaram-se a estar presentes numa reunião comigo, com o argumento de que só viriam à mesma, se a Câmara Municipal aceitasse todas as suas pretensões.-----

-----Reuni várias vezes com a CCDR para resolver este problema, se esta instituição não o quis solucionar, o problema é dela. -----

-----Foram enviados vários projectos para tentativa de resolução do problema, tendo-me sido transmitido pessoalmente pelo Senhor Presidente da CCDR que o último projecto, estava de acordo e que seria dada brevemente uma resposta. -----

----- Este assunto arrasta-se há sete anos. Houve dezenas e dezenas de reuniões, que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo também teve, com os advogados, com os moradores, etc. ---

-----Não permito que se diga que o Presidente da Câmara não fez tudo para resolver o problema. Não estou, de maneira nenhuma, para aceitar que, quem tome as decisões pela Câmara Municipal, e em prejuízo da mesma, sejam meia dúzia de moradores. Chantagem, não aceito de ninguém. -- -----

-----Não estou a lançar o odioso para os moradores. Não podem utilizar o pretexto de que houve alguma ilegalidade na questão da Ribeira, para depois virem fazer exigências que nada têm a ver com a mesma. O problema, neste momento, não está na Ribeira, mas sim na estrada. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal carece de fazer ali uma estrada que é vital, e a CCDR têm-se oposto é à construção dessa estrada, não é ao problema da Ribeira. Se a Autarquia resolver afastar a estrada, por vinte metros, não precisa de autorização da CCDR. -----

----- A Câmara Municipal apresenta um projecto que respeita integralmente a lei, e se nos dizem que estamos a violá-la, assumam isso. Por isso, tenho que repudiar a sua intervenção. Senhor Pedro Sá (PS), não se pode usar dessa tribuna, para insultar as pessoas, o senhor insultou-me, e eu não posso admitir isso. -----

----- Cumpro com o meu dever, com a minha obrigação e se o assunto ainda não está resolvido, não é por responsabilidade da Câmara. Por mim, já estaria resolvido há muito tempo.”

4.28.1.4. O Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O Grupo Político Municipal Isaltino, Oeiras Mais à Frente votou contra esta proposta, pelo que o Senhor Presidente da Câmara disse durante a discussão da mesma, tendo ficado clara a posição da Câmara em querer colaborar com os moradores. Quando o Senhor Presidente explicou, ao pormenor, como tinha decorrido este processo, julguei que tinha ficado claro para todos, esta resolução. -----

----- Quero acrescentar que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide, os meus colegas de Linda-a-Velha e de Algés, devem pensar da mesma maneira, em relação a este assunto, uma vez que estamos a prejudicar milhares de pessoas com esta interrupção.-----

----- Não seria normal a primeira fase da VLN estar concluída, o viaduto da Portela, em seis meses, estar terminado e, por causa de três condomínios, estar impossibilitada toda a ligação nesta zona.” -----

4.29. A Senhora Teresa Zambujo, Vereadora C.M.O., deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “Acerca deste assunto, vou apenas fazer uma intervenção muito rápida, uma vez que não me compete fazer qualquer tipo de comentário sobre estas matérias.-----

----- Confirmar que, quando comecei a ter contacto com este processo, ainda o Senhor

Isaltino Morais, era Presidente da Câmara, e quando a obra foi embargada, ainda não tinha sido enviado o projecto para a CCDR. Houve um lapso, o projecto foi enviado posteriormente, muitos anos se passaram entretanto e esse assunto foi algo que sempre preocupou todos os Autarcas ao longo dos anos.-----

-----Já neste Mandato, comentei com o Senhor Presidente, que, na altura em que ele se encontrava no Ministério, e que, conhecendo os dois tão bem a situação, talvez fosse mais fácil chegar a uma solução técnica. Obviamente, não tenho, nem tinha, no passado, a solução técnica, nem o Senhor Presidente, enquanto Ministro. Para isso, existem os técnicos, os Directores de Serviços, os Directores Gerais, etc. e tecnicamente, isso não nos competia. -----

-----Tudo foi avançando, tive várias reuniões cordiais, com moradores, com advogados, de uma forma empenhada, que os serviços também se empenharam bastante em resolver todo este processo, inclusivamente da parte do Ministério. -----

-----Lembrar-se-ão que foram chamados técnicos do INAG, para, em conjunto com a Câmara, se deslocarem ao local e poderem visualizar uma solução. Algumas das soluções pensadas, que foram implementadas, não resultaram.-----

-----Foi então estudado e pedido por mim, pessoalmente, para que os nossos técnicos de dois departamentos, pudessem, em conjunto, com os respectivos serviços da Administração Central, encontrar soluções alternativas, inclusivamente com o projectista. Ver o que se podia fazer e o quanto isso custava. Sei que fiquei assustadíssima, porque a dada altura, as soluções que eram apresentadas, para fazer algo tecnicamente mais apropriado, já entravam em terrenos particulares.-----

-----O compromisso que assumi com os moradores, era que a Câmara ia fazer de tudo para resolver e minimizar os efeitos nefastos, e que as soluções pudessem ir de encontro às pretensões dos moradores, que respeitassem a lei e que fossem as tecnicamente, mais adequadas.

-----Não houve compromisso de resolver desta ou daquela maneira, houve apenas um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

compromisso de estudar várias maneiras para tentar resolver da melhor forma a situação. Daí a minha resposta dada ao Senhor Presidente, quando fui confrontada com a situação, na reunião. --

----- Com certeza que, o projecto, apresentado pela Câmara Municipal, já contempla essas situações. Houve sim, um compromisso, de trabalhar de todas as maneiras possíveis, para chegar a uma solução tecnicamente viável e que fosse de encontro às pretensões de quem lá vive. -----

4.30. “PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À INSEGURANÇA NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO COMERCIAL OEIRAS PARQUE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD. -----

----- Considerando: -----

----- Um - Que, para além de outros anteriores incidentes no Oeiras Parque, foi recentemente baleado no seu parque de estacionamento um jovem oeirense; -----

----- Dois - Que, por razões arquitectónicas o referido parque de estacionamento se encontra sempre aberto a peões, independentemente do encerramento das suas portas, pelo facto de não se encontrar vedado; -----

----- Três - Que o aumento da vigilância será insuficiente enquanto for possível aos delinquentes entrarem e saírem livremente pelos espaços abertos existentes; -----

----- Quatro - Que, embora o referido empreendimento seja privado, se entende que a Câmara Municipal, poderá intervir junto da proprietária do Centro no sentido de incentivar a construção de vedações nas paredes do seu parque de estacionamento; -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, em nome da segurança que todos defendemos, que intervenha junto da Administração do Oeiras Parque, procurando que esta implemente a colocação de vedações nos espaços abertos existentes no seu parque de estacionamento, sem prejuízo de outras medidas que sejam consideradas pertinentes para aumento da segurança de todos os seus visitantes. -----

----- Que esta Proposta seja enviada à Administração do Oeiras Parque.” -----

4.30.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 25/2008** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À INSEGURANÇA NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO COMERCIAL OEIRAS PARQUE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa à insegurança no parque de estacionamento do Centro Comercial Oeiras Parque, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PSD e deliberou por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, dez do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, em nome da segurança que todos defendemos, que intervenha junto da Administração do Oeiras Parque, procurando implementar as medidas que sejam consideradas pertinentes para aumento da segurança de todos os seus visitantes. -----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

4.31. “PROPOSTA RELATIVA À INSEGURANÇA SENTIDA EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD. -----

-----Considerando:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um - Que ao Estado, consubstanciado no Governo em exercício, cabe implementar os meios adequados à manutenção da segurança e ordem públicas; -----

----- Dois - Que o concelho de Oeiras tem vindo ultimamente a ser alvo de actos criminosos, de elevada violência, como foi o caso do assassinato de um jovem no parque de estacionamento do Oeiras Parque e, mais recentemente, do violento assalto aos correios de Barcarena, em plena luz do dia;-----

----- Três - Que é fundamental dar a este concelho e seus cidadãos, como aliás, a todos os portugueses, a segurança que eles pretendem e exigem e que já conheceram; -----

----- Quatro - Que o policiamento à vista, fortemente dissuasor da delinquência, deixou de estar visível no concelho, sendo que a Polícia Municipal não pode substituir a PSP em todas as suas competências;-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera aprovar um voto de protesto pela insegurança sentida em Oeiras e recomendar ao Governo, através do Senhor Ministro da Administração Interna que providencie, em tempo útil, pela melhoria das condições de segurança no concelho, nomeadamente, aumentando o número dos efectivos da PSP, a quem agora cabe policiar o território em Oeiras. -----

----- Que esta Proposta seja publicada num jornal de âmbito nacional e enviada ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro da Administração Interna. -----

4.31.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata, a qual foi rejeitada, com doze votos a favor, sendo nove do Partido Social Democrata e três da Coligação Democrática Unitária, com vinte e quatro votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, um do Partido Social Democrata (Senhor Carlos Jaime Fonseca Santos) e sete do Partido Socialista e

duas abstenções do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**PROPOSTA RELATIVA À INSEGURANÇA SENTIDA EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa à insegurança sentida em Oeiras, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PSD, tendo a mesma sido rejeitada, com doze votos a favor, sendo nove do Partido Social Democrata e três da Coligação Democrática Unitária, com vinte e quatro votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, um do Partido Social Democrata e sete do Partido Socialista e duas abstenções do Bloco de Esquerda. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

4.31.1.1. O Senhor António Costa Barros (J.F. Queijas) fez a seguinte Declaração de Voto: -

-----“Votámos desfavoravelmente esta proposta porque entendemos que o fenómeno da insegurança é a nível nacional. Qualquer um de nós, enquanto cidadão, pretende maior segurança mas, também, é um facto que numa altura em que a PSP ficou responsável, por todo o concelho, sensivelmente, há três meses, é demasiado violento, pelo menos no nosso entender, fazermos um voto de protesto. -----

-----Neste momento, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia têm procurado colaborar com a PSP e com as Forças de Segurança, no sentido de se começar a minimizar, o máximo possível, este tipo de questões. Como tal, parece-nos prematuro um voto de protesto e foi, também, nesse sentido que votámos desfavoravelmente.” -----

4.31.1.2. O Senhor Francisco Silva (BE) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O Bloco de Esquerda absteve-se na votação desta proposta porque tem visto um esforço da parte da PSP, não só, para começar a conhecer melhor o terreno que anda agora a patrulhar, bem como, o fenómeno de criminalidade envolvente. Realmente, tivemos muito pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tempo para podermos estar contra ou a favor com a forma de agir da Polícia de Segurança Pública.”-- -----

4.31.1.3. O Senhor Pedro Ramos Almeida (PS) fez a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Partido Socialista votou contra esta proposta, não por desvalorizar uma preocupação de todos com a segurança no nosso concelho, mas, por entender que apresentar um voto de protesto, no momento em que aumenta o número de efectivos da PSP, em que o Município e a PSP se envolvem, com as entidades governamentais competentes, no esforço de articulação de políticas que permitam melhores condições de segurança no nosso concelho, e apresentar-se uma proposta com este teor é, de alguma forma, tentar aproveitar-se de casos desagradáveis, que infelizmente ocorrem, para fazer política, tal como, infelizmente, acontece também e tem acontecido no debate político nacional em desprimor daquilo que deve ser um debate sério e credível sobre este tipo de matérias.”-----

4.32. A Senhora Maria Carolina Tomé (IOMAF) disse o seguinte:-----

----- “Gostava apenas, nesta ordem de trabalhos, antes da ordem do dia, trazer aqui e dar a conhecer, à Assembleia Municipal de Oeiras, um pouco do que se tem passado na Assembleia Metropolitana de Lisboa”.-----

4.33. O Senhor Presidente da A.M. interrompeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Peço desculpa mas, agora, perdeu a oportunidade, esperava que o fizesse mais cedo. Houve uma votação e a seguir a esta não há mais intervenções.”-----

4.34. A Senhora Maria Carolina Tomé (IOMAF) retorquiu dizendo:-----

----- “Eu tinha pedido, anteriormente, a palavra e, na altura em que me deu, disse que seria conveniente não misturar os assuntos, uma vez que não tinham a ver com os assuntos que estavam a ser discutidos. Pedi, por isso, para no final fazer esta intervenção.-----

----- Mas, está bem! Se considera que não é conveniente ficará para a próxima.”-----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

5.1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. relativa à nomeação de Auditor Externo, de acordo com o Artigo 48º., nº. 2, da Lei Nº. 2/2007, de 15 de Janeiro - Nova Lei das Finanças Locais, que a seguir se transcreve:-----

-----“65 - PROPOSTA Nº. 334/08 - CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS ANUAIS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO ANO DE 2007:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Considerando a necessidade de revisão das contas do Município referentes ao ano de dois mil e sete, que decorre de imposição legal, mais propriamente da Lei das Finanças Locais artigo quadragésimo oitavo, da Lei número dois, de dois mil e sete de quinze de Janeiro, impõe-se a contratação de um Revisor Oficial de Contas para o efeito.-----

-----Assim, e de forma a prosseguir os objectivos supra referidos, foi aprovada a abertura do procedimento concursal em vinte e oito de Março de dois mil e oito, por despacho do Senhor Vice-Presidente Paulo Vistas, a que corresponde o processo número quarenta e cinco, de dois mil e oito, da DCP, a Divisão de Contratação Pública prosseguiu a sua tramitação procedimental.

-----Da referida consulta, endereçada a três entidades, resultou a apresentação da totalidade das propostas, sendo que, da sua verificação, a Comissão de Abertura e Análise de Propostas nomeada para o efeito concluiu pela adjudicação ao concorrente número três, “ Carlos José, Victor José & Valente, Sociedade Revisores Oficiais de Contas”, atento o critério de adjudicação proposto.-----

-----Importa ainda referir que, por determinação legal, o ROC proposto deverá ser aprovado pelos órgãos do Município, executivo e deliberativo.-----

-----Nestes termos, cumpre propor, ao executivo camarário:-----

-----a) A ratificação do procedimento concursal tramitado e conseqüente deliberação da Comissão;------



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- b) Adjudicação da aquisição de serviços de auditoria externa das contas anuais do município referentes ao ano de dois mil e sete, ao concorrente número três, “ Carlos José, Victor José & Valente, Sociedade Revisores Oficiais de Contas”, pelo valor total de vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- c) Remessa da presente deliberação à Assembleia Municipal para aprovação da entidade que prestará o serviço em causa.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos entrar na ordem de trabalhos e propunha que entrássemos no ponto dois, o qual é importante para a Câmara, que necessita da aprovação desta deliberação para poder aprovar as suas contas.” -----

----- O **Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O Senhor Presidente da Assembleia propõe a apreciação, em primeiro lugar, desta proposta e depois regressar ao ponto um, mas uma vez que esta proposta está logo a seguir ao ponto um, gostaria aqui de exprimir, novamente, a posição da CDU, relativamente a esta matéria. Nós estamos contra a circunstância de que a informação do Senhor Presidente da Câmara, que penso ter muita importância e merece ser avaliada e apreciada por esta Assembleia, passe sistematicamente, para o último lugar, onde já ninguém a discute, ou se refere a ela. Portanto, pensamos que a informação do Senhor Presidente da Câmara, deve e merece ser discutida e avaliada em primeiro lugar. É evidente que quando existam propostas que, por falta de tempo, corram o risco de não serem apreciadas, pode-se sempre, colocar essas propostas em primeiro lugar. -----

----- Não penso que não teremos tempo para, depois de apreciar a informação do Senhor Presidente da Câmara, considerar também, a proposta que está em segundo lugar. Esta é a opinião da minha bancada e deixaria à consideração da Mesa e das outras bancadas.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu dizendo o seguinte:-----

-----“Respeito a opinião da sua bancada, mas o Senhor Presidente teve que se ausentar e, portanto, proponha que este ponto um fosse discutido na segunda reunião desta sessão que se realizará dia cinco de Maio. Está já agendado e combinado com os líderes dos grupos políticos. Hoje, não vamos esgotar a agenda e, portanto, proponho que o ponto um seja o primeiro ponto da reunião de cinco de Maio, ficando o problema resolvido e tendo a presença do Senhor Presidente da Câmara.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** mencionou o seguinte:-----

-----“Esta proposta, no fundo, é a aprovação por parte deste Órgão do Auditor Externo, do ROC, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que ficará responsável pela certificação legal das contas da Câmara. Foi um procedimento que decorreu no âmbito das competências da DCP, da Divisão de Contratação Pública e é a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é trazida à Assembleia Municipal para apreciação e respectiva votação.”-----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** referiu o seguinte:-----

-----“A minha pergunta é simples e prende-se com conhecermos quais foram as outras propostas, pois uma vez que isto foi posto a concurso, relativamente a três sociedades de revisores, poderemos saber o que é que levou a escolher esta e quais eram as condições das outras sociedades revisoras.”-----

-----O **Senhor Pedro Almeida (PS)** mencionou o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta proposta, gostaria de lembrar que o Partido Socialista já tinha apresentado uma proposta de recomendação a propósito deste assunto, a qual foi retirada na altura com indicação e informação prestada pela Câmara de que o processo concursal já estaria em curso, isto em oito de Fevereiro de dois mil e oito.-----

-----De acordo com a informação que nos chega, e que consta da acta de apresentação à Câmara da proposta, a abertura do procedimento concursal foi a vinte e oito de Março de dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mil e oito, por isso, não podemos deixar de questionar a diferença temporal existente entre a Assembleia Municipal, em que a Câmara assumiu aqui que o procedimento concursal já estava em curso e a data em que, efectivamente, é apresentada, a abertura do procedimento concursal em reunião de Câmara. -----

----- Aproveitamos para realçar aquilo que, quanto a nós, é uma virtude assinalável na Nova Lei das Finanças Locais, a criação deste Auditor Externo que vai permitir à Assembleia Municipal dispor de mais instrumentos e, desse modo, concretizar da melhor forma a sua responsabilidade de fiscalização da Câmara Municipal.” -----

----- O **Senhor Daniel Branco (CDU)** disse o seguinte: -----

----- “No que diz respeito a esta matéria, já o ano passado, nesta Assembleia, levantámos a questão da imposição que tinha a Lei das Finanças Locais, relativamente, à necessidade de haver uma auditoria externa. -----

----- Agora, que se está a confirmar, posso dizer que, mesmo assim, mais vale tarde do que nunca, pois está a vir mas vem com atraso. Existe, contudo, uma questão que considero ser importante, é que, neste momento, devíamos de estar já com o relatório e contas do ano passado para análise, pois nos termos da lei este relatório e contas deve vir com o parecer do ROC.-----

----- Será que aquele que a Câmara nos vai enviar já trará o parecer deste Auditor Externo para nossa apreciação?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte:-----

----- “Senhor Macieira Coelho (PSD) quero dizer-lhe que da cópia que foi remetida para os Senhores, não vem a informação dos serviços na qual está o procedimento concursal, mas depois poderei fazer-lha chegar, pois, não sei de cor quais foram os outros concorrentes, mas nessa informação da DCP está todo o procedimento concursal e quais os critérios para a escolha deste concorrente número três, “Carlos José, Victor José & Valente, Sociedade Revisores Oficiais de Contas”.-----

-----Posteriormente, farei chegar-lhe a documentação que contém toda a informação que pretende.-----

-----Quanto às contas, aprovado hoje, aqui, este Auditor Externo, ele estará em condições de emitir parecer sobre as contas, que já foram agendadas para reunião da Câmara, e que serão discutidas e aprovadas na próxima quarta-feira. -----

-----Quando esses mesmos documentos forem remetidos a todos vós, já virão com o parecer do Auditor Externo. Daí, também, a vontade por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que se desse alguma urgência a esta proposta.”-----

5.1.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo dez do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 27/2008**-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 334/08 - CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS ANUAIS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO ANO DE 2007.-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e trinta e quatro barra zero oito, a que se refere a deliberação número sessenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Abril passado e deliberou por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo dez do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição de serviços de auditoria externa das contas anuais do Município referentes ao ano de dois mil e sete à firma “Carlos José,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Victor José & Valente, Sociedade Revisores Oficiais de Contas”, pelo valor total de vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Conforme foi dito pelo Senhor Vice-Presidente os pontos três e cinco serão discutidos na próxima reunião, pois, serão aprovados, entretanto, na Câmara Municipal. Passamos ao ponto quatro.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio dizendo: -----

----- “Sugeria que o ponto quatro também fosse adiado. Penso que faria sentido nós votarmos o ponto quatro aquando da discussão e votação dos documentos de prestação de contas de dois mil e sete.” -----

----- O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não está audível o que foi dito.-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte:-----

----- “Vamos, então, adiar o ponto quatro para discutir com os outros três pontos e passamos ao ponto seis.”-----

5.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 50/08 relativa à proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo - Ofício N.º 8966 - 08.03.04, que a seguir se transcreve: -----

----- **“16 - PROPOSTA N.º 50/08 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE ALGÉS E CRUZ QUEBRADA/ DAFUNDO: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - A criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) para os núcleos

históricos de Linda-a-Velha e Carnaxide e respectivas zonas envolventes, bem como para a zona de Algés e Cruz Quebrada, resulta das propostas contidas no Plano Estratégico Habitar Oeiras (dois mil e seis), no qual se desenvolvem os objectivos e as linhas estratégicas de intervenção que devem presidir à segunda geração de políticas de habitação do Município de Oeiras. -----

-----Dois - A nova estratégia delineada para a política de habitação municipal pretende não só garantir condições de habitabilidade e de acesso ao mercado de habitação de todos os munícipes, como também melhorar a qualidade dos espaços públicos e equipamentos colectivos que também definem os espaços habitacionais, tentando desta forma criar um espaço urbano contínuo com qualidade e que atraia e fixe populações heterogéneas.-----

-----Três - A zona a abranger pela SRU apresenta um papel chave no desenvolvimento futuro de Oeiras, por via da requalificação dos núcleos urbanos Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, não entendidos como áreas isoladas ou segregadas, mas antes como partes integrantes de um contínuo social urbano.-----

-----Quatro - A SRU terá por objectivos: requalificar as áreas urbanas degradadas na sua área de incidência e reforçar a coesão e continuidade urbana dos vários conjuntos urbanos de características distintas, designadamente dos mais antigos e degradados. -----

-----Cinco - Com vista a proceder a um diagnóstico técnico, de carácter científico, da zona de intervenção, a Câmara Municipal de Oeiras celebrou com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, um protocolo para desenvolvimento, através do Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Paisagem daquela Faculdade, dos estudos técnicos de fundamentação das propostas de declaração das ACRRU de Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés e Cruz Quebrada/Dafundo, que irão constituir a zona de intervenção da futura SRU, permitindo uma análise transversal e de conjunto da zona de intervenção. -----

-----Seis - Os referidos estudos, desenvolvidos em estreita colaboração com os serviços municipais, procederam à caracterização síntese do território, à definição de eixos e linhas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção estratégicas que sustentam a requalificação e a reabilitação da zona de intervenção e à definição do modelo operacional e institucional para a intervenção.-----

----- Sete - Os estudos técnicos em questão abrangerão, ainda, a definição do plano de intervenções da sociedade, a respectiva calendarização e o programa de financiamento.-----

----- Oito - A circunstância da declaração das ACRRU preceder a constituição da SRU permite, em paralelo com o desenvolvimento dos estudos técnicos, que, uma vez constituída a sociedade, esta possa iniciar a elaboração dos necessários documentos estratégicos, concretizando o respectivo programa de intervenções, sem necessidade de qualquer compasso de espera.-----

----- Nove - Apreciado e discutido o relatório de fundamentação técnica do núcleo urbano de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo e tendo-se concluído pela verificação de uma situação de insuficiência e desadequação de infra-estruturas urbanísticas, degradação do património edificado e carência de espaços públicos e zonas verdes, que, nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo primeiro da Lei dos Solos, justifica a declaração de área crítica, é apresentada a presente proposta de delimitação como ACRRU da zona constante da planta anexa. -----

----- Dez - A freguesia de Algés foi criada em mil novecentos e noventa e três, em resultado do desmembramento da freguesia de Carnaxide, e apresenta-se hoje como a mais povoada do concelho de Oeiras, tendo grande actividade nas áreas de comércio e serviços.-----

----- Onze - A Cruz Quebrada e o Dafundo, são dois lugares que, com a construção da Avenida Marginal ficaram totalmente integrados, sendo actualmente muito difícil distingui-los, e que constituem, também desde mil novecentos e noventa e três, a sede de uma das dez freguesias do concelho de Oeiras. -----

----- Doze - Em conjunto, estas duas freguesias formam o eixo de ligação entre Oeiras e Lisboa, ligação que se pretende estreita e harmónica, com um ordenamento territorial

sustentável, fazendo desta área uma área chave para o desenvolvimento de relações urbanas e de continuidade entre os vários Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e com a frente ribeirinha do Rio Tejo.-----

-----Treze - Ambas as freguesias se caracterizam pela existência de palacetes e quintas rodeadas por campos, assim como edificado mais recente, com elevada densidade habitacional, construções em altura com escassa qualidade dos projectos arquitectónicos e com características suburbanas, em desarmonia arquitectónica e funcional.-----

-----Catorze - Estes aglomerados populacionais sofrem da degradação da qualidade de vida urbana devida à escassez de estacionamento e à saturação das redes viária e pedonal, com implicações na segurança e na qualidade de vida dos seus habitantes, sendo também particularmente evidente a falta de espaços públicos e de áreas verdes, bem como de equipamentos sociais adequados a um centro urbano aprazível.-----

-----Quinze - Face aos constrangimentos identificados afigura-se pertinente proceder a uma abordagem integrada das debilidades comuns, transformando-as em eventuais futuras estratégias de intervenção urbana e no edificado, minimizando o facto de, em termos gerais, as áreas a intervencionar se apresentarem com uma localização dispersa, não estando concentradas em centros perfeitamente localizados, justificando-se assim a proposta de delimitação de uma ACRRU de maior dimensão e não de um somatório de “retalhos”, constituído por várias pequenas ACRRU’s, separadas entre si e desprovidas de qualquer integração no contexto urbano, do qual não podem, necessariamente, ser desligadas.-----

-----Dezasseis - A inércia face aos constrangimentos urbanísticos verificados conduzirá, se não forem tomadas medidas urgentes, a um agravamento dessas condições que, a breve trecho, levará ao esvaziamento da função residencial na área em causa, derivada da procura de outras zonas da cidade ou da área metropolitana de Lisboa, com melhores condições habitacionais, dotadas de melhores infra-estruturas, mais espaços públicos e áreas verdes, assim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como de mais e melhores equipamentos de utilização colectiva. -----

----- Dezassete - Para inverter esta situação, pretende-se uma reorganização e reabilitação da rede viária e pedonal, criando novas áreas aptas para estacionamento, recuperando e valorizando o edificado, intervindo no conjunto edificado do Bairro Clemente Vicente, bem como procedendo à criação de novos espaços públicos de permanência, convívio e lazer, nomeadamente áreas verdes, e intervindo de forma integrada e através de acções específicas de reabilitação e valorização arquitectónica e ambiental no conjunto das Quintas com importância paisagística, ecológica e patrimonial. -----

----- Dezoito - Tendo em consideração que intervenções pontuais não modificam a actual situação por não conseguirem criar uma dinâmica de reabilitação, somente uma intervenção global e programada, centrada nesta área, permitirá uma reabilitação efectiva e, atendendo a que só a tomada de providências expeditas tornará viável a recuperação e reconversão urbana da zona, este Órgão Executivo pretende solicitar ao Governo, após a aprovação da Assembleia Municipal, que seja delimitada a área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, beneficiando, assim, das prerrogativas que a lei atribui às áreas como tal delimitadas. -----

----- Considerando que é de todo o interesse para o Município de Oeiras que o Governo decrete a área em causa, delimitada na planta anexa à presente proposta de deliberação, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a qual se convencionou designar “Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo”, e, considerando, para efeitos de fundamentação, o teor da memória descritiva da situação existente, junta à presente proposta e que se junta ao processo, proponho que a Câmara Municipal delibere:

----- - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação da área identificada em planta anexa, como área crítica de recuperação e reconversão

urbanística, nos termos do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, a submeter a aprovação do Governo, bem como a concessão, ao Município de Oeiras, nos termos do número um do artigo vigésimo sétimo do mesmo Decreto-Lei, do direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou de edifícios na área em causa.”-----

-----II - Intervindo, o **Senhor Vereador Rui Soeiro** disse que gostava de felicitar toda a equipa envolvida neste projecto, o qual está muito interessante. -----

-----Da leitura que fez destes documentos ficou com algumas dúvidas que pretendia ver esclarecidas, na medida em que ficou com a ideia que, inicialmente, o projecto abrangeria toda a área que está marcada a branco nas plantas, mas, depois, ficaram apenas com três zonas, limitando um pouco, a seu ver, em termos de futuro, a capacidade de gerar receitas para os projectos, em termos globais, mas, como não sabe as razões destes condicionalismos, gostava de perceber o que é que fez com que a delimitação ficasse por aqui e toda aquela zona que está ao longo da encosta da Cruz Quebrada não estivesse abrangida. -----

-----Perguntou, de seguida, por que não integraram também parte da Orla Ribeirinha e a zona da Fundação porque se se pensasse no total disto e já que a lei da SRU refere que se pode seleccionar parceiros por locais e há aqui algumas zonas que seriam parceiros interessantes para englobar na zona de reabilitação.-----

-----No fundo, o que precisava de perceber era o porquê do raciocínio disto, de resto, acha que tudo está excelente.-----

-----No uso da palavra, o **Professor Doutor Leonel de Sousa Fadigas**, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, disse que o que está aqui em causa, neste momento, relativamente a estas propostas é a delimitação das áreas críticas de reabilitação urbana cuja configuração e definição ainda se rege pela Lei dos Solos de mil novecentos e setenta e seis, assim, as SRU podem ser criadas para reabilitar os centros históricos ou as áreas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

históricas como estão definidas no PDM e as ACRRU podem ser definidas nos termos da lei acima referida. -----

----- Portanto, o que se está a propor é que, para além dos núcleos históricos já definidos no PDM, que por si permitem constituir uma SRU só com essa área, definir aquelas áreas que, pelos níveis de degradação do parque edificado e pela deficiência global das infra-estruturas, constituem áreas críticas de reabilitação urbana. -----

----- É preciso dizer que o espírito e a forma do texto legal feito em mil novecentos e setenta e seis correspondia a um quadro de degradação urbana e, fundamentalmente, de défice de infra-estruturas completamente diferente daquele que se tem hoje. -----

----- O que se fez foi, a partir de uma análise do parque edificado e das infra-estruturas urbanas correspondentes, basicamente a espaço público, procurar encontrar um conjunto de tecido urbano ao qual fosse possível aplicar os critérios de deficiência infra-estrutural e de mau estado de conservação dos edifícios que permitisse à Câmara propor ao Governo a delimitação dessa área como áreas críticas de reabilitação. -----

----- Foi feito um conjunto de inquéritos que retrata o parque edificado e daí foi identificado um número genérico de cerca de duzentos edifícios que justificariam intervenção, o que não quer dizer que se lhe proponha a intervenção porque em relação a alguns, provavelmente, depois da realização do inquérito, já lhes foi aprovado o projecto de demolição, de alteração ou de reabilitação, porque alguns deles não tinham condições de ser reabilitados e terão que se encontrar outras formas de arranjo, pelo que esse inquérito apenas permitiu determinar uma certa área com identidade e em condições de suportar a proposta e, daí, relativamente à delimitação que a Câmara fez quando foi assinado o protocolo com a Faculdade, no qual a Câmara predefiniu uma limitação de referência, foram ajustando essa delimitação em função da possibilidade, ou não, de fundamentarem esse limite e, perante isso, conseguiram determinar três áreas onde é possível encontrar essas características para a delimitação da área

crítica de reabilitação urbana, incorporando, mesmo assim, nessa área alguns espaços que são considerados estratégicos para a resolução global do problema da reabilitação, quer dos edifícios, quer do conjunto dos edifícios, quer das infra-estruturas e dos equipamentos. Portanto, não foi encontrar apenas os edifícios em bom estado, mas, as áreas que, no seu conjunto se consideraram, nesta primeira aproximação, estratégicas, para poder encontrar uma forma sustentável para a sua reabilitação.-----

----- É evidente que quando se pega no corredor do Jamor existe uma dificuldade relativamente à definição de ACRRU, porque, neste momento, apenas se está a configurar uma delimitação.-----

----- A mancha no PDM não é área urbana é uma área de enquadramento ambiental e, como tal, ainda que tivesse alguma lógica a sua integração do ponto de vista da estratégia da reserva de espaço, não tem suporte legal para se lhe poder aplicar a delimitação da área crítica de reabilitação. No entanto, entenderam que se fosse constituída a SRU, eventualmente, poderiam ser afectos à responsabilidade da SRU, por contrato-programa com o Município, o tratamento, desenvolvimento e qualificação de outras áreas que não sejam ACRRU, porque consideram que esse vale, tem um potencial, do ponto de vista da qualificação ambiental, mas, fundamentalmente, sob o ponto de vista da qualificação urbana, com grande parte de articulação entre Carnaxide, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada, de forma a ser um elemento de união, garantindo, pelo menos a partir desta ligação entre Queijas e Carnaxide, uma ligação directa ao rio, já que há um espaço a ganhar do ponto de vista da qualificação urbana e da oferta de espaços e de equipamento a esta população que é o eixo de articulação, podendo, posteriormente, encontrar-se formas de ligação e de continuidade, que é uma questão central de requalificação do território, mas que, neste momento, não é matéria para estar enquadrada naquilo que é uma proposta experimental.-----

-----Foi preparada uma proposta instrumental que irá ajudar a Câmara no processo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

constituição da SRU, ou seja, é apenas a fundamentação técnica para convencer a DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e o Governo, a aceitar, enquanto não surge a alteração da legislação, anunciada a semana passada pelo Secretário de Estado, sobre a reabilitação, de remeter à competência municipal a possibilidade de ela própria delimitar e definir as áreas de reabilitação, substituindo o que a legislação hoje obriga, que seja o Governo a fazê-lo. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** opinou que o assunto da proposta refere a criação de área crítica, enquanto que o que se propõe à aprovação da Assembleia Municipal, é a delimitação das áreas críticas de reabilitação, de modo que sugeriu que fosse alterado o assunto. -----

----- Prosseguindo, disse que no ponto dez da proposta refere que Algés é a mais povoada de Oeiras, talvez seja a de maior densidade, não lhe parece que seja a mais populosa, retorquindo o **Senhor Presidente** que é a que tem maior densidade populacional,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que talvez seja, mas, na sua opinião, deveriam ser retiradas essas incorrecções. -----

----- No processo, prosseguiu, a dado passo faz-se referências à Quinta dos Aciprestes e do Balteiro e isso não é em Carnaxide, é em Linda-a-Velha, como agora estão separadas as propostas, mas, inicialmente estavam juntas, era só uma e agora são três, fizeram a súmula, de modo a, quando for requerido, poderem ser interligadas pelo Vale, seja como for, no que respeita à proposta de Carnaxide devem ser retiradas essas duas Quintas, porque o pessoal de Linda-a-Velha pode não gostar. -----

----- O **Senhor Presidente** disse que agora é preciso avançar para as fases subsequentes e paralelamente, já se estão a fazer coisas nesse sentido, nomeadamente, ao nível do DPE estão-se a referenciar edifícios. Na próxima reunião da Assembleia Municipal ira ser aprovada a aquisição de três edifícios, assim como foi aprovado em reunião de Câmara um plano de cores

nalguns núcleos históricos, que também é um trabalho muito interessante, o que significa que quando estiver constituída já terá muito trabalho feito. -----

-----III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.” -----

5.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 51/08 relativa à proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Carnaxide - Ofício N.º 8965 - 08.03.04, que a seguir se transcreve:-----

-----“**17 - PROPOSTA N.º. 51/08 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE CARNAXIDE:** -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Um - A criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) para os núcleos históricos de Linda-a-Velha e Carnaxide e respectivas zonas envolventes, bem como para a zona de Algés - Cruz Quebrada, resulta das propostas contidas no Plano Estratégico Habitar Oeiras (dois mil e seis), no qual se desenvolvem os objectivos e as linhas estratégicas de intervenção que devem presidir à segunda geração de políticas de habitação do Município de Oeiras. -----

-----Dois - A nova estratégia delineada para a política de habitação municipal pretende não só garantir condições de habitabilidade e de acesso ao mercado de habitação de todos os munícipes, como também melhorar a qualidade dos espaços públicos e equipamentos colectivos que também definem os espaços habitacionais, tentando desta forma criar um espaço urbano contínuo com qualidade e que atraia e fixe populações heterogéneas. -----

-----Três - A zona a abranger pela SRU apresenta um papel chave no desenvolvimento futuro de Oeiras, por via da requalificação dos núcleos urbanos Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, não entendidos como áreas isoladas ou segregadas, mas antes como partes integrantes de um contínuo social urbano. -----

-----Quatro - A SRU terá por objectivos: requalificar as áreas urbanas degradadas na sua área de incidência e reforçar a coesão e continuidade urbana dos vários conjuntos urbanos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

características distintas, designadamente dos mais antigos e degradados.-----

----- Cinco - Com vista a proceder a um diagnóstico técnico, de carácter científico, da zona de intervenção, a Câmara Municipal de Oeiras celebrou com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, um protocolo para desenvolvimento, através do Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Paisagem daquela Faculdade, dos estudos técnicos de fundamentação das propostas de declaração das ACRRU de Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés e Cruz Quebrada/Dafundo, que irão constituir a zona de intervenção da futura SRU, permitindo uma análise transversal e de conjunto da zona de intervenção. -----

----- Seis - Os referidos estudos, desenvolvidos em estreita colaboração com os serviços municipais, procederam à caracterização síntese do território, à definição de eixos e linhas de intervenção estratégicas que sustentam a requalificação e a reabilitação da zona de intervenção e à definição do modelo operacional e institucional para a intervenção.-----

----- Sete - Os estudos técnicos em questão, na vertente de caracterização, serão desenvolvidos e aprofundados e abrangerão, ainda, a definição do plano de intervenções da sociedade, a respectiva calendarização e o programa de financiamento. -----

----- Oito - A circunstância da declaração das ACRRU preceder a constituição da SRU permite, em paralelo com o desenvolvimento dos estudos técnicos, que, uma vez constituída a sociedade, esta possa iniciar a elaboração dos necessários documentos estratégicos, concretizando o respectivo programa de intervenções, sem necessidade de qualquer compasso de espera.-----

----- Nove - Apreciado e discutido o relatório de fundamentação técnica do núcleo histórico de Carnaxide e zona envolvente e tendo-se concluído pela verificação de uma situação de insuficiência e desadequação de infra-estruturas urbanísticas, degradação do património edificado e carência de espaços públicos e zonas verdes, que, nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo primeiro da Lei dos Solos, justifica a declaração de área crítica, é

apresentada a presente proposta de delimitação como ACRRU da zona constante da planta anexa. -----

-----Dez - A área a delimitar como ACRRU tem aproximadamente trinta e sete vírgula um hectares, dos quais dez vírgula cinco correspondem ao núcleo de formação histórica de Carnaxide.- -----

-----Onze - A freguesia de Carnaxide evidencia-se no concelho de Oeiras pelos seus seis vírgula cinco quilómetros quadrados de área povoados com cerca de vinte e dois mil habitantes (dois mil e um), indicadores que a tornam na maior freguesia do concelho, localizada em contiguidade com os concelhos da Amadora e de Lisboa.-----

-----Doze - Ao longo do tempo, Carnaxide sofreu um rápido crescimento, feito por vezes de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, que conduziram a uma descaracterização e empobrecimento ao nível sócio-cultural, económico-funcional e ambiental, com especial incidência na sua zona histórica e respectiva envolvente. ----

-----Treze - Assim, este aglomerado populacional é hoje marcado por uma degradação da qualidade urbanística devida à escassez de estacionamento e à saturação das redes viária e pedonal, com implicações na segurança e na qualidade de vida dos seus habitantes, sendo também particularmente evidente a falta de espaços públicos e de áreas verdes, bem como de equipamentos sociais adequados a um centro urbano com as suas actuais dimensões. -----

-----Catorze - A inércia face aos constrangimentos urbanísticos verificados conduzirá, se não forem tomadas medidas urgentes, a um agravamento dessas condições que, a breve trecho, levará ao esvaziamento da função residencial na área em causa, derivada da procura de outras zonas da cidade ou da área metropolitana de Lisboa, com melhores condições habitacionais, dotadas de melhores infra-estruturas, mais espaços públicos e áreas verdes, assim como de mais e melhores equipamentos de utilização colectiva. -----

-----Quinze - Para inverter esta situação, pretende-se criar uma maior relação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aproximação entre a zona histórica e a sua envolvente, procedendo a uma reorganização e reabilitação da rede viária e pedonal, criando novas áreas aptas para estacionamento, recuperando e valorizando o edificado, e criando de novos espaços públicos de permanência, convívio e lazer, nomeadamente áreas verdes, processo que induzirá a revitalização económica da zona em questão. -----

----- Dezasseis - Tendo em consideração que intervenções pontuais não modificam a actual situação por não conseguirem criar uma dinâmica de reabilitação, somente uma intervenção global e programada, centrada nesta área, permitirá uma reabilitação efectiva e, atendendo a que só a tomada de providências expeditas tornará viável a recuperação e reconversão urbana da zona, reforçando a ligação entre a zona histórica e sua envolvente, este órgão executivo pretende solicitar ao Governo, após a aprovação da Assembleia Municipal, que seja delimitada a área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, beneficiando, assim, das prerrogativas que a lei atribui às áreas como tal delimitadas. -----

----- Considerando que é de todo o interesse para o Município de Oeiras que o Governo decrete a área em causa, delimitada na planta anexa à presente proposta de deliberação, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a qual se convencionou designar “Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Carnaxide”, e, considerando, para efeitos de fundamentação, o teor da memória descritiva da situação existente, junta à presente proposta e que se junta ao processo, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

----- - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação da área identificada em planta anexa, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, a submeter a aprovação do Governo,

bem como a concessão, ao Município de Oeiras, nos termos do número um do artigo vigésimo sétimo do mesmo Decreto-Lei, do direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou de edifícios na área em causa.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

5.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 52/08 relativa à Proposta de Criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Linda-a-Velha - Ofício N.º 8969 - 08.03.04, que a seguir se transcreve: -----

-----“**18 - PROPOSTA N.º. 52/08 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE LINDA-A-VELHA:**-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Um - A criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) para os núcleos históricos de Linda-a-Velha e Carnaxide e respectivas zonas envolventes, bem como para a zona de Algés - Cruz Quebrada, resulta das propostas contidas no Plano Estratégico Habitar Oeiras (dois mil e seis), no qual se desenvolvem os objectivos e as linhas estratégicas de intervenção que devem presidir à segunda geração de políticas de habitação do Município de Oeiras.-----

-----Dois - A nova estratégia delineada para a política de habitação municipal pretende não só garantir condições de habitabilidade e de acesso ao mercado de habitação de todos os munícipes, como também melhorar a qualidade dos espaços públicos e equipamentos colectivos que também definem os espaços habitacionais, tentando desta forma criar um espaço urbano contínuo com qualidade e que atraia e fixe populações heterogéneas.-----

-----Três - A zona a abranger pela SRU apresenta um papel chave no desenvolvimento futuro de Oeiras, por via da requalificação dos núcleos urbanos Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, não entendidos como áreas isoladas ou segregadas, mas antes como partes integrantes de um contínuo social urbano.-----

-----Quatro - A SRU terá por objectivos: requalificar as áreas urbanas degradadas na sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

área de incidência e reforçar a coesão e continuidade urbana dos vários conjuntos urbanos de características distintas, designadamente dos mais antigos e degradados.-----

----- Cinco - Com vista a proceder a um diagnóstico técnico, de carácter científico, da zona de intervenção, a Câmara Municipal de Oeiras celebrou com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, um protocolo para desenvolvimento, através do Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Paisagem daquela Faculdade, dos estudos técnicos de fundamentação das propostas de declaração das ACRRU de Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés e Cruz Quebrada/Dafundo, que irão constituir a zona de intervenção da futura SRU, permitindo uma análise transversal e de conjunto da zona de intervenção. -----

----- Seis - Os referidos estudos, desenvolvidos em estreita colaboração com os serviços municipais, procederam à caracterização síntese do território, à definição de eixos e linhas de intervenção estratégicas que sustentam a requalificação e a reabilitação da zona de intervenção e à definição do modelo operacional e institucional para a intervenção.-----

----- Sete - Os estudos técnicos em questão, na vertente de caracterização, serão desenvolvidos e aprofundados e abrangerão, ainda, a definição do plano de intervenções da sociedade, a respectiva calendarização e o programa de financiamento. -----

----- Oito - A circunstância da declaração das ACRRU preceder a constituição da SRU permite, em paralelo com o desenvolvimento dos estudos técnicos, que, uma vez constituída a sociedade, esta possa iniciar a elaboração dos necessários documentos estratégicos, concretizando o respectivo programa de intervenções, sem necessidade de qualquer compasso de espera.-----

----- Nove - Apreciado e discutido o relatório de fundamentação técnica do núcleo histórico de Linda-a-Velha e zona envolvente e tendo-se concluído pela verificação de uma situação de insuficiência e desadequação de infra-estruturas urbanísticas, degradação do património edificado e carência de espaços públicos e zonas verdes, que, nos termos do disposto

no número um do artigo quadragésimo primeiro da Lei dos Solos, justifica a declaração de área crítica, é apresentada a presente proposta de delimitação como ACRRU da zona constante da planta anexa.-----

-----Dez - A área a delimitar como ACRRU tem aproximadamente vinte e dois vírgula seis hectares, dos quais três vírgula sete correspondem ao núcleo de formação histórica de Linda-a-Velha. --- -----

-----Onze - A freguesia de Linda-a-Velha localiza-se no interior do concelho de Oeiras, num local alto e com uma vasta panorâmica para a serra e para o mar, estimando-se que a sua origem remota há mais de setecentos e cinquenta anos, surgindo como um aglomerado populacional em crescente importância e expansão no concelho de Oeiras e na Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Doze - Ao longo do tempo Linda-a-Velha sofreu um rápido crescimento, feito por vezes de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, que conduziram a uma descaracterização e empobrecimento ao nível sócio-cultural, económico-funcional e ambiental, com especial incidência na sua zona histórica e respectiva envolvente. ----

-----Treze - Assim, este aglomerado populacional é hoje marcado por uma degradação da qualidade urbanística devida à escassez de estacionamento e à saturação das redes viária e pedonal, com implicações na segurança e na qualidade de vida dos seus habitantes, sendo também particularmente evidente a falta de espaços públicos e de áreas verdes, bem como de equipamentos sociais adequados a um centro urbano moderno e desenvolvido.-----

-----Catorze - A inércia face à degradação do património habitacional e à insuficiência das infra-estruturas urbanísticas e do equipamento social, conduzirá se não forem tomadas medidas urgentes, a um agravamento dessas condições que, a breve trecho, levará ao esvaziamento da função residencial na área em causa, derivada da procura de outras zonas da cidade ou da Área Metropolitana de Lisboa, com melhores condições habitacionais, dotadas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhores infra-estruturas, mais espaços públicos e áreas verdes, assim como de mais e melhores equipamentos de utilização colectiva.-----

----- Quinze - Para inverter esta situação, pretende-se criar uma maior relação e aproximação entre a zona histórica e a sua envolvente, procedendo a uma reorganização e reabilitação da rede viária e pedonal, criando novas áreas aptas para estacionamento, recuperando e valorizando o edificado, reconvertendo as antigas quintas para usos relacionados com a investigação, cultura e lazer, bem como procedendo à revitalização das actividades económicas e à criação de novos espaços públicos de permanência, convívio e lazer, nomeadamente áreas verdes. -----

----- Dezasseis - Tendo em consideração que intervenções pontuais não modificam a actual situação por não conseguirem criar uma dinâmica de reabilitação, somente uma intervenção global e programada, centrada nesta área, permitirá uma reabilitação efectiva e, atendendo a que só a tomada de providências expeditas tornará viável a recuperação e reconversão urbana da zona, reforçando a ligação entre a zona histórica e sua envolvente, este Órgão Executivo pretende solicitar ao Governo, após a aprovação da Assembleia Municipal, que seja delimitada a área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, beneficiando, assim, das prerrogativas que a lei atribui às áreas como tal delimitadas. -----

----- Considerando que é de todo o interesse para o Município de Oeiras que o Governo decrete a área em causa, delimitada na planta anexa à presente proposta de deliberação, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a qual se convencionou designar “Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Linda-a-Velha”, e, considerando, para efeitos de fundamentação, o teor da memória descritiva da situação existente, junta à presente proposta e que se junta ao processo, proponho que a Câmara Municipal de Oeiras delibere: -----

----- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação da área identificada em planta anexa, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do artigo quadragésimo primeiro do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de Novembro, a submeter a aprovação do Governo, bem como a concessão, ao Município de Oeiras, nos termos do número um do artigo vigésimo sétimo do mesmo Decreto-Lei, do direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou de edifícios na área em causa.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

-----A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** referiu o seguinte: -----

-----“Esta proposta de criação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística das freguesias de Algés vindo, também, a seguir da Cruz Quebrada/Dafundo e Carnaxide, parece-nos fundamental para melhorar as condições de habitabilidade e de acesso à habitação a todos os munícipes. Consequentemente, a criação das SRU, as Sociedades de Reabilitação Urbana para os Núcleos Históricos de Linda-a-Velha, Carnaxide e zonas de Algés e Cruz Quebrada, constituem no seu todo um importante passo em frente nas políticas de habitação de Oeiras como uma segunda fase, após uma outra, a primeira, da erradicação das barracas e de todos os bairros de lata que existiam no concelho, que foi totalmente conseguida. -----

-----Trata-se, agora, de melhorar a qualidade dos espaços públicos urbanos e dos respectivos equipamentos. Congratulamos por isso o Executivo Camarário, por ter estabelecido o protocolo com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no sentido de proceder ao diagnóstico da situação o que permitiu dar a conhecer, de forma técnica e científica, as situações que carecem de uma intervenção mais qualificada, como é o caso da degradação do património edificado e alguma, ainda existente, falta de espaços verdes, o que justifica a delimitação da ACRRU de algumas zonas. -----

-----Assim, para que se consiga uma intervenção global de reabilitação urbanística é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todo o interesse que esta Assembleia aprove hoje a presente proposta, de forma a viabilizar, que a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano junto com o Governo, concedam ao Município de Oeiras competência para definir as áreas específicas e prioritárias de reabilitação.” -----

----- O Senhor **Arnaldo Pereira (CDU)** mencionou o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta proposta gostaria de fazer duas considerações muito rápidas. --

----- Em primeiro lugar dar a sugestão de que as três propostas sejam votadas e discutidas em conjunto. -----

----- Em segundo lugar, e em nome da bancada da Coligação Democrática Unitária, também nos congratulamos com a declaração das zonas críticas de intervenção urbanística destas três freguesias e pensamos que esta figura jurídica pode, eventualmente, estender-se a outros núcleos urbanos antigos do concelho. Gostaria, a este propósito, de referir o seguinte: eu durante o meu primeiro e segundo mandato, como Vereador nesta Câmara Municipal, tive o Pelouro dos Centros Históricos e recordo-me de, na altura, ter feito uma proposta nesse sentido, embora as pessoas, muitas vezes, desconheçam, mas nós somos um País, onde existe uma floresta de leis, o grande problema, muitas vezes, ou quase sempre, é de que essas leis não são cumpridas e, portanto, há muito tempo que existe este quadro jurídico que, como agora se diz, agiliza e facilita a intervenção das Câmaras, no que diz respeito, a um objectivo que nós consideramos essencial, que é a revitalização e reabilitação dos núcleos urbanos antigos. Aliás, temos dito várias vezes, que importa também no concelho inverter um paradigma de desenvolvimento e crescimento urbanístico, que assenta, mais do que na recuperação do que existe, na construção do novo.-----

----- Portanto, as nossas zonas urbanas são avassaladas por nova construção com os problemas que daí decorrem, enquanto, que os núcleos urbanos antigos se desertificam e se degradam, por isso há que inverter esta situação. Isto é um quadro que agiliza e facilita a intervenção das câmaras municipais, na medida em que há questões extremamente complexas, os

núcleos urbanos antigos relacionados, sobretudo, com a propriedade dos edifícios e, nestes casos, as Câmaras têm meios mais expeditos que facilitam a expropriação e a intervenção.-----

-----Na altura, a minha proposta não passou, devo dizê-lo, com o argumento de que a Câmara não dispunha de condições e de estruturas que permitissem, a seguir à aprovação das zonas de determinadas áreas do concelho, como zonas críticas de intervenção urbanística, enfim, dos meios e dos recursos para uma intervenção, deixando um alerta, pois não basta a aprovação desta proposta, é necessário criar a tal estrutura de intervenção e do nosso ponto de vista, não são essas sociedades, ou não será nelas que residirá a resolução do problema. -----

-----Devemos também aprender com os outros concelhos e verificamos que, por exemplo, em Lisboa, onde elas foram criadas, está-se a pensar, neste momento, proceder à sua extinção. Nós não estamos de acordo com a criação dessas sociedades, mas pensamos que se os serviços da Câmara, e falo com algum conhecimento de causa e experiência, forem dotados dos meios, condições e recursos, para uma intervenção nessa área, saberão dar resposta a esse desafio, indo a nossa sugestão nesse sentido.”-----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Quanto a estas três propostas, aqui apresentadas, gostaria de fazer alguns comentários sobre elas, pois o estudo, quase que feito em paralelo, destes documentos é, exactamente, dentro do conjunto porque estas três áreas têm muita coisa idêntica. -----

-----Desejava, também, chamar a atenção do Senhor Presidente de que tendo dado uma ordem de entrada, consoante o documento veio da Câmara, na minha opinião, dada esta situação, deveria primeiro ser apreciada a proposta nove, que é a do Plano Estratégico “Habitar”, porque esta é que irá dar base ao resto. -----

-----Eu, até faço a minha apreciação separadamente, pois tenho alguma coisa a dizer sobre este plano e terei, depois, sobre o conjunto das três áreas, portanto, ponho isto à sua consideração. Não há dúvida de que o Senhor Presidente deu o encaminhamento conforme veio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas, admira-me que a Câmara tenha enviado as coisas desta forma para a Assembleia Municipal.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Os Senhores estão de acordo com esta proposta do Senhor Macieira Coelho?” -----

----- O **Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “Estou de acordo e reconheço que essa proposta tem alguma coerência, embora eu faça uma distinção. A Câmara podia e devia já ter aprovado, sem prejuízo, de aprovar ou não, o plano estratégico de habitação, a declaração de zonas críticas de intervenção urbanística, aquelas zonas que, nos termos do Plano Director Municipal e nos termos de um plano já existente de recuperação do património edificado, são consideradas, enfim, núcleos urbanos antigos.-----

----- É um instrumento jurídico que facilita, em termos de procedimento e de intervenção a actuação da Câmara nestas matérias.-----

----- Muitas vezes, já aqui temos aprovado propostas mais avulsas e genéricas e, de facto, faz sentido apreciar primeiro a proposta do plano estratégico e, posteriormente, as outras três, mas estas três, do meu ponto de vista e da minha bancada, não suscitam qualquer problema especial com a ressalva de que temos é reservas, relativamente, ao instrumento que a Câmara considera essencial para operacionalizar esta proposta que são as tais sociedades SRU - Sociedades de Reabilitação Urbana.” -----

----- O **Senhor António Lopes Cabral (PS)** interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Vou fazer uma intervenção que será conjunta às três propostas.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** lembrou o seguinte: -----

----- “Senhor António Cabral o que está, agora, em causa é se vale a pena discutirmos primeiro o ponto nove que é “Habitar Oeiras” e depois entrarmos nestas três propostas, conforme sugeriu o Senhor Macieira Coelho.” -----

----- O **Senhor António Lopes Cabral (PS)** respondeu o seguinte: -----

-----“No nosso caso não há nada a opor”.-----

-----A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** mencionou o seguinte:-----

-----“Acho que faz todo o sentido que nesta ordem de trabalhos surgisse primeiro o ponto de apreciação da proposta Plano Estratégico “Habitar Oeiras”, sendo em primeiro lugar essa discussão e, posteriormente, as outras três propostas relativas às recuperações e reconversões urbanísticas. Não nos causa transtorno se forem discutidas as três propostas na sua globalidade, apesar de poderem ser referidas as especificidades relativas a cada uma das freguesias.”-----

-----O **Senhor Feliciano Bernardo (BE)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Parece-me que a sugestão do ponto nove ser primeiro apreciado, porque não irá ser votado, seria a melhor.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** lembrou o seguinte:-----

-----“O ponto nove é só apreciação.”-----

-----O **Senhor Feliciano Bernardo (BE)** acrescentou o seguinte:-----

-----“É só apreciação não é votação.”-----

-----O **Senhor Daniel Branco (CDU)** interrompeu, dizendo o seguinte:-----

-----“Está mal escrito Senhor Presidente, pois o artigo invocado, o cinquenta e três número três alínea a) da Lei cento e sessenta e nove, na versão do cinco-A, diz, claramente, aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais, sendo, portanto, aprovação. Não sei quem escreveu o que lá está, mas não está bem escrito.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** acrescentou o seguinte:-----

-----“Vamos iniciar a discussão do ponto nove.”-----

-----O **Senhor Pedro Almeida (PS)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Peço desculpa por ter estado ausente e não ter acompanhado a discussão, mas o meu camarada já me pôs ao corrente da situação, e apenas gostava de dizer que na última conferência de Líderes, tive oportunidade de informar os presentes, que o Partido Socialista iria requerer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

este ponto nove passasse para a segunda reunião, a fim de ampliarmos o nosso tempo de reflexão sobre o documento.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “O problema que se levantou foi que o Senhor Macieira Coelho (PSD) e as restantes bancadas, com a excepção da sua, entendem que este ponto deve ser discutido antes dos pontos seis, sete e oito, mas, o Senhor Pedro Almeida (PS) mantém a intenção de só discutir este ponto na segunda reunião?”-----

----- O **Senhor Pedro Almeida (PS)** acrescentou o seguinte:-----

----- “Por uma simples razão, é que na Conferência de Líderes ninguém apresentou oposição a este requerimento do Partido Socialista e nós preparámos a reunião tendo em conta que este ponto seria colocado na segunda reunião.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M** mencionou o seguinte:-----

----- “Vamos então continuar com a discussão do ponto seis, sete e oito, sendo o nove discutido na próxima reunião.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “O “Habitar Oeiras” é, efectivamente, um documento estratégico que serve de base a um conjunto de áreas ou vectores operacionais nas quais se inclui as SRUs e faria sentido termos uma discussão sobre todos os vectores estratégicos do “Habitar Oeiras”, e só depois irmos para a discussão das ACRRU’s.-----

----- Mas, não me choca que possamos fazer a discussão das ACRRU’s porque estas são uma ínfima parte daquilo que está contido no “Habitar Oeiras” e a discussão sobre o Plano Estratégico “Habitar Oeiras” não ficará prejudicada se nós iniciarmos ou avançarmos para a discussão do ponto seis, sete e oito e, depois, para o nove.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Está à discussão o ponto seis, sete e oito.”-----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Visto estarmos a apreciar a criação de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística irei fazer os meus comentários às três propostas de criação relativas às três áreas apresentadas.-----

-----Esta proposta vem do Senhor Vice-Presidente que é, aliás, quem ficou presente para a sessão de hoje.-----

-----A criação das três sociedades de reabilitação urbana é, no meu ponto de vista, um bom veículo para realizar qualquer intervenção nestas três áreas críticas. -----

-----Li a acta da reunião de Câmara, na qual interveio um Professor da Faculdade de Arquitectura que, estranhamente para mim e, relativamente, àquilo que de seguida irei dizer, não foi contestado.-----

-----Neste conjunto de criação destas áreas encontro: plantas com delimitação da área a declarar como ACRRU; os processos de declaração de ACRRU, a ser assinados pelo Presidente, com os elementos instrutórios de preparação; a elaboração do diagnóstico com a participação da Faculdade de Arquitectura e, presume-se, com o acordo dos técnicos da Câmara que fizeram parte daquela comissão, a que foi acometida este estudo; um projecto de requerimento dirigido ao Ministro pelo Presidente da Câmara e, finalmente, um projecto de decreto governamental e nota justificativa.-----

-----Portanto, é-nos apresentado um conjunto de documentos, aos quais, será dado o devido formalismo depois de passarem na Assembleia Municipal.-----

-----Mas, porque pretendi que estes documentos fossem apreciados em conjunto? -----

-----Eu encontro, na apreciação e elaboração deste estudo e diagnóstico, três parágrafos que eu tenho de passar a ler, a fim, de não utilizar palavras minhas, as quais, poderiam ser consideradas alterações ao espírito deste trabalho. O que fui buscar aos três trabalhos é igual em todos, é uma apreciação idêntica, tendo, por isso, que ser apreciado em conjunto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No ponto treze, segui a ordem, Algés, Cruz Quebrada e Dafundo, depois Carnaxide e Linda-a-Velha, diz o seguinte: “... degradação da qualidade de vida, sendo também particularmente evidente a falta de espaços públicos e de áreas verdes, como de equipamentos sociais adequados a um centro urbano aprazível ...”. -----

----- Depois, no ponto catorze: “... A inércia face aos constrangimentos urbanísticos verificados conduzirá, se não forem tomadas medidas urgentes, a um agravamento dessas condições que, a breve trecho, levará ao esvaziamento da função residencial na área em causa ...”, isto é repetido pelas três, “... derivada da procura de outras zonas da cidade ou da Área Metropolitana de Lisboa, com melhores condições habitacionais, dotadas de melhores infra-estruturas, mais espaços públicos e áreas verdes, assim como de mais e melhores equipamentos de utilização colectiva ...”. -----

----- Temos ainda um terceiro ponto (doze), também, idêntico para todas as três áreas: “... Ao longo do tempo estas áreas sofreram um rápido crescimento feito, por vezes, de forma incoerente e sem enquadramento em instrumentos de planeamento adequado que conduziram a uma descaracterização e empobrecimento ao nível sócio-cultural, económico-funcional e ambiental ...”. -----

----- Continuando, com as minhas palavras: é todo este diagnóstico, resultante da análise da área de intervenção que permite concluir pela falta e insuficiência de infra-estruturas e deficiências, conforme termos deste trabalho, ao nível do património edificado e dos espaços públicos, bem como, da adopção de processos específicos de reconversão urbanística que justificam a declaração de área crítica, de acordo, com a Lei dos Solos. -----

----- Agora, pergunto: o Presidente da Câmara subscreve este estudo devastador?-----

----- Então, onde está o Concelho de Oeiras que é sempre descrito nas suas palavras como um exemplo nacional, não sei mesmo, se já será o melhor da União Europeia? -----

----- O motivo de achar que se deveria primeiro analisar a proposta do “Habitar Oeiras”,

prende-se com, o facto de nesta proposta, o Senhor Vice-Presidente afirmar, e a acta confirma, que quando os técnicos da Câmara se reuniram ficaram perplexos com a questão da estratégia, pois, não entendiam muito bem o que se pretendia com um documento estratégico, mas depois do Senhor Vice-Presidente lhes ter explicado passaram a perceber. -----

-----Presume-se, que os técnicos que fizeram parte desta comissão, também subscrevem este diagnóstico devastador. Eles que são, afinal, responsáveis por não intervirem na degradação, junto com tudo o que já disse, talvez, por isso, não compreendiam o que era a estratégia. -----

-----Já agora o Vereador, que passou a ter este Pelouro, cedido pelo Senhor Vice-Presidente, também subscreve este diagnóstico?-----

-----O Presidente ficou deslumbrado com o trabalho do Senhor Vice-Presidente, como coordenador desta comissão e com os resultados obtidos e, por sua vez, o Senhor Vice-Presidente ficou deslumbrado com o trabalho dos técnicos e da Faculdade de Arquitectura, mas eu, tenho que dizer, que fiquei assombrado. -----

-----E pergunto, qual será a razão disto tudo? A desconformidade para requerer a área crítica, o apoio do Governo e os fundos financeiros, isto é, ou será, uma estratégia para justificar o plano estratégico. -----

-----Quanto custou a colaboração da Faculdade de Arquitectura visto que, sem ela, os técnicos da Câmara seriam incapazes de produzir este documento?-----

-----Os pedidos de reconhecimento de áreas críticas vão prosseguir, relativamente, às outras freguesias e, portanto, com a colaboração da Faculdade de Arquitectura?-----

-----E, nesse seguimento, pergunto também, se assim é, chamo a atenção deste número que eu trouxe, “Oeiras em Revista” publicada pela Câmara, de Dezembro, onde vem uma entrevista com o Arquitecto Ribeiro Teles, o qual critica o estado em que está Nova Oeiras, que é um projecto dele, sendo conhecida por todos a alta qualidade e qualificação que ele possui nesta matéria. ---- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na entrevista da revista da Câmara, perguntam: “Quando participou no projecto Nova Oeiras era muito diferente do que é hoje?” E ele responde: “Era! Aquilo que eu fiz já lá não está nada e o espírito da obra perdeu-se, é residual.”-----

----- Depois, ele diz o que é que se devia ter feito, e que nunca se fez, com as seguintes palavras: “Está na mão da Câmara fazer alguma coisa, aquilo é um jardim da Celeste”.-----

----- Prosseguindo, encontro neste estudo e diagnóstico alguns casos pontuais, e refiro, apenas alguns, porque são tanto aqueles que apontam, e falam: de uma descaracterização total, da baixa de Algés, de Algés de Cima, do Oeste do Dafundo, do Sudoeste da Cruz Quebrada, da Ribeira de Algés que foi à pouco bastante discutida, do Instituto Espanhol que está desajustado, de pavimentos danificados, de passeios de dimensão reduzida, de afastamento do núcleo urbano à frente Ribeirinha, vindo a propósito, perguntar, foi logo no início deste mandato, e foi até referido, pela Senhora Presidente da Junta de Algés, uma ligação à Zona Ribeirinha, a qual o Senhor Presidente da Câmara garantiu que estava estudada e que se ia fazer uma ligação até, em frente, ao Aquário, mas nada se fez e estamos a um ano e meio do fim do mandato.-----

----- Fala-se neste diagnóstico, de uma descaracterização urbanística total e aponto um caso que é uma pergunta a que faço à Câmara, sendo um edifício que a mim me diz alguma coisa, o qual fica na Rua Afonso Palla, que era a antiga Junta de Carnaxide, bem conhecido por mim pois, enquanto fui Presidente da Junta de Carnaxide, estas eram as minhas instalações. Aquele prédio estava a danificar-se e eu que não tinha qualquer ajuda da Câmara, nem se falava em engenharias financeiras, organizei uma engenharia financeira e fizeram-se as obras de recuperação daquele prédio. Tive, nessa altura, a colaboração da Senhora Alda Maria, que hoje é Presidente da Junta de Freguesia de Algés, para ventura dos munícipes de Algés, a qual muito me ajudou em todo o meu trabalho na Junta.-----

----- Falo nisto, porque aquele edifício, que me parece estava estudado pela Câmara, está de acordo com aquilo que vem neste diagnóstico da Faculdade de Arquitectura.-----

-----Aquele edifício é de época, tem história e muita coisa se passou nele. Ele tinha uma bonita fachada de época que devia de ser conservada e parece que a Câmara chegou a pensar nisso, assim, far-se-iam as demolições só da parte de trás, como hoje é costume fazer, mas conservavam a fachada. Mas não! Foi tudo demolido e eu fui à empresa construtora, que lá está, ver o que é que se ia fazer e pedi que me mostrassem a maquete, e perguntei: “Mas isso não estava previsto?” E disse-me a pessoa: “Isso não sei, foi tudo demolido.” -----

-----Então o que se vai fazer? Vai fazer-se uma cópia daquilo que lá estava, ou seja, um horrível pastiche e, pergunto eu, se este não é, afinal, um pouco o pastiche que a Câmara nas suas apologias de tudo grande, que aqui se faz, é contrário àquilo que se encontra neste estudo da Faculdade de Arquitectura e, julgo que, a única coisa que se vai salvar é pôr a descoberto a antiga muralha do Forte que lá estava.-----

-----É evidente que eu fui buscar tudo aquilo que chamo devastador e que deita abaixo o que nós temos ouvido relativamente ao concelho. Agora, evidentemente, não posso estar de acordo com tudo isto porque virem dizer que não há jardins e que todos os planos foram mal feitos e inconvenientes, então, eu pergunto, o que é a nova Linda-a-Velha? O que é o Alto da Cruz-Quebrada? Não há jardins? Então o concelho não tem jardins em todas estas freguesias? ---

-----É por isso, que fico admirado, de como é possível a Câmara cantar loas a este trabalho, reconhecer que é um trabalho magnífico, aceitar toda esta violenta crítica da Faculdade de Arquitectura, quem foram estes técnicos e a própria comissão dos técnicos da Câmara, além da Presidência, terem aceite isto.”-----

-----O **Senhor António Cabral (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Na realidade, o diagnóstico apresentado no relatório do Laboratório de Urbanismo e Ordenamento do Território e Paisagismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa sobre a proposta da criação das ACRRU’s, falando das três, em termos gerais, vem demonstrar muito do que foi referido pelo Senhor Macieira Coelho (PSD), relativamente às três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

áreas apresentarem insuficiências de infra-estruturas urbanísticas, de áreas livres e espaços verdes, bem como, no parque edificado, no que diz respeito às condições de solidez, segurança e salubridade, ainda mais, para as áreas de Algés e Cruz Quebrada, também identificam diferentes áreas de reconversão urbanística, existentes ou antecipáveis, cuja transformação poderá desempenhar um papel de estruturação urbana, dentro dos tecidos consolidados sendo, praticamente, textuais estas frases que estou a referir. -----

----- Este ponto de situação, na realidade, é feito por técnicos, não tendo a carga política que normalmente ouvimos e vem provar que durante muito tempo, na sua actuação, a Câmara Municipal de Oeiras não dedicou a adequada atenção à conservação do Património, à rede de acessibilidades e aos espaços públicos, áreas livres e espaços verdes. É uma realidade que ficou patente em todos estes relatórios que aqui se encontram. -----

----- Como é óbvio, apresenta-se extremamente urgente, aliás, como tudo indica, o recurso à criação das ACRRU's, nos termos da lei de solos, área esta que será requalificada através de uma Sociedade de Reabilitação Urbana, as SRU's, a discutir mais tarde e a constituir pela Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Julgo que tudo isto é um ponto de situação que tem de ser bem frisado, no entanto, queremos referir que a par da urgência de constituir estes procedimentos há que ressaltar a necessidade de que as operações urbanísticas que vierem a ser levadas a cabo devem ser realizadas com total transparência e assegurar a participação das populações e órgãos autárquicos, com especial relevo para as juntas de freguesia, ao longo de todo o processo. -----

----- Depois desta análise, característica às três áreas, queria deixar alguns pedidos de esclarecimento, nomeadamente, para saber quais as implicações que a aprovação das ACRRU's vão ter na revisão do PDM de Oeiras que está em curso e, por outro lado, uma vez que é referido que algumas redes de infra-estruturas ainda não estavam levantadas, ou seja, não havia o diagnóstico completo e como estes relatórios datam de Janeiro de dois mil e oito e estamos em

Abril, saber se já existem mais elementos, se nos podem ser fornecidos ou, caso não existam, se nos vão ser fornecidos os elementos, relativamente, às redes que não constam destes trabalhos.”-

-----O **Senhor Feliciano Bernardo (BE)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“O Bloco de Esquerda congratula-se com a criação destas Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística mas pensamos que, de certa forma, ficou claro neste estudo o que se tem passado em Oeiras, nos últimos anos. Já aqui foram referidos diversos aspectos e, parece-nos que, se por um lado, determinadas zonas de Oeiras estão muito bem arrançadas, urbanizadas, etc., existem outras, sobretudo os centros urbanos, que foram criando sucessivos buracos de degradação gradual. -----

-----De qualquer forma, parece-nos que esta criação irá ser importante e terá uma grande urgência porque o concelho não pode trabalhar a duas velocidades. Se por um lado se está avançado em determinadas áreas, nas outras, as áreas de retaguarda e dos núcleos históricos estão completamente degradados, desertificados e sem vida própria. -----

-----Concordamos com estas áreas, mas abrangendo mais a Vila de Paço de Arcos, porque me parece que esta tem perdido qualidade, em termos urbanísticos e o centro histórico, sobretudo, a entrada de quem vem de Lisboa e da antiga estrada de Porto Salvo, a Rua Fonte de Maio, está completamente degradada e é, extremamente, chocante quem vem de Lisboa ou de Porto Salvo ver aquela deterioração que está patente na mesma e na entrada de Paço de Arcos. --

-----Embora observe que houve alguma recuperação e falo, nomeadamente, de Paço de Arcos, parece-nos que é, efectivamente, urgente que a Câmara faça referenciar os edifícios. Alguns, que até têm a tabuleta para se vender e são históricos, nomeadamente, em Paço de Arcos e, outros que, eventualmente, não tenham a mesma tabuleta mas devem ser muito rapidamente referenciados. -----

-----Parece-me que o estudo não contempla a questão da mobilidade e da opção clara pelos transportes públicos, embora fale muito em estacionamento, todos nós sabemos que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

centros históricos o estacionamento é muito escasso, tendo de haver outra maneira de atrair as pessoas, quer seja pela habitação, serviços, ou outros meios. -----

----- Este estudo ainda vem a tempo, mas, efectivamente, teremos de fazer uma opção clara pela requalificação em detrimento da construção nova.”-----

----- O **Senhor Salvador Costeira (J. F. Porto Salvo)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É evidente que quando falamos no plano estratégico “Habitar Oeiras” e criação das Áreas Críticas da Recuperação e Reconversão Urbanística, estamos a falar de situações que se complementam, mas são diferentes.-----

----- Estes três pontos visam a criação e delimitação destas áreas.-----

----- Faço aqui um apelo para que todo o resto do concelho seja contemplado no mais breve espaço de tempo possível.-----

----- Não estou a ver isto, como viu o Senhor Macieira Coelho, com um aspecto catastrofista. O problema é um só. Os PDM’s vieram, de alguma forma, começar a colocar regras, definir esquemas para o desenvolvimento estratégico dos concelhos mas, é evidente que os concelhos existem há centenas de anos e o que nós vamos aqui analisar, nesta criação das Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística é, exactamente, no contexto das áreas antigas que se consolidaram ao longo dos anos e as áreas modernas. É evidente que nas áreas antigas há falhas, falta de estacionamento, críticas que se tem de fazer aos transportes colectivos, por isso, é que é importante a criação destas áreas porque elas constituem mais um passo no desenvolvimento e na procura de melhores soluções no Concelho de Oeiras.-----

----- O diagnóstico é um diagnóstico e vale o que vale mas, o que é importante é que nós aprovemos a criação destas áreas e, ao mesmo tempo, as propostas que contemplam a criação destas sociedades. Julgo que isto tem de ser salientado porque o resto vem por acréscimo através dos estudos, da forma como devemos preservar o património edificado e tudo aquilo que interessa de alguma forma ter cuidado. -----

-----No meio disto tudo, certamente, haverá zonas que serão demolidas e outras preservadas dentro do contexto da reconversão urbanística.”-----

-----O **Senhor Jorge Vilhena (J. F. Carnaxide)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Gostaria, em primeiro lugar, de elogiar o trabalho que foi feito, na medida, em que estive presente numa reunião, a convite do Senhor Vice-Presidente com a Senhora Presidente da Junta de Algés e o Senhor Presidente da Junta da Cruz Quebrada, onde nos foi explicado, por um lado, o que é a SRU e, por outro lado, o que é que este tipo de proposta pode beneficiar, no caso concreto, Carnaxide.-----

-----O facto de ter sido elaborado um trabalho desta natureza permitiu e, a título de curiosidade, julgo ser importante para Carnaxide e qualquer Presidente de Junta, fazer um levantamento de todo o edificado, ou seja, a Câmara, neste momento, tem noção de: quantas coberturas são necessárias sofrer intervenção; quais são os edifícios devolutos; os que necessitam de obras urgentes, a médio e longo prazo; que tipo de características e aglomerado existem neles; ou seja, este estudo veio permitir, no caso de Carnaxide ter informação real do que é a habitação neste local e, por outro lado, quem são e como vivem as pessoas em determinada área de intervenção.-----

-----Sabemos que a política da Câmara de recuperação dos centros históricos já tem alguns anos e passou, nomeadamente, por vários Vereadores ao longo de vários mandatos, tendo um bom resultado na recuperação dos centros históricos de Paço de Arcos e Oeiras, beneficiando, em primeiro lugar, os moradores, porque puderam candidatar-se a programas e viram recuperadas as suas casas ao nível de fachadas, coberturas e partes comuns. -----

-----Por outro lado, os comerciantes puderam, também, beneficiar dessas mesmas recuperações e a intervenção de fundo que é feita, por exemplo, no núcleo antigo beneficia sempre a população local e a freguesia no seu todo. -----

-----Esta proposta, por exemplo, no caso da Cruz Quebrada, irá dar um enorme impulso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

porque eu, por exemplo, há muito anos, quando era jovem, já entrei num destes edifícios da Cruz Quebrada, pois tinha lá um amigo, e convido a entrarem num destes edifícios e verão que não é normal, pois, não só a sua estrutura em termos construtiva, mas, também, a tipologia que ele apresenta, à partida um perigo eminente de incêndio, devido aos materiais com que foi construído e difíceis acessos que possui, até está aqui o Comandante Jaime que melhor do que eu sabe disso. -----

----- Embora, no caso da Cruz Quebrada haja uma morfologia diferente e as habitações sejam completamente diferentes, julgo que Carnaxide com um plano desta natureza poderá revitalizar o núcleo antigo e criar ramificações para o resto da freguesia em que, por um lado, poderá atrair mais comércio local que também se pretende neste tipo de zona e tornar, para além de tudo o que eu já disse, em termos de recuperação do edificado, uma zona mais segura porque sabemos que quanto maior ocupação existir num determinado local, maior segurança tem esta zona.-----

----- Para terminar, quero dizer que para além da abertura do gabinete técnico local, que já aconteceu há alguns meses e que possibilitou, paralelamente, a instrução de uma dezena de processos, julgo que este plano a nível nacional será um exemplo a deter, como é óbvio, se tiver sucesso, nomeadamente, pelo trabalho que está aqui desenvolvido, pela Câmara Municipal, através do Senhor Vice-Presidente e por todos os membros que estiveram no grupo de trabalho para concretização do mesmo.” -----

----- O **Senhor Daniel Branco (CDU)** mencionou o seguinte:-----

----- “É hábito do Senhor Macieira Coelho (PSD) ler os documentos e apresentar uma série de questões que, de facto, lá estão.-----

----- Por várias razões, também fiz uma leitura mais do que em diagonal e observei que temos no concelho várias imagens. Há o mito, generalizado pela Câmara, dos melhores indicadores da situação, ou seja, que estamos todos a viver muito bem e, depois, há a realidade,

que mostra que uma parte é eventualmente isso, e de certeza que o será, mas uma grande parte não o é, sendo bastante críticas as situações que temos. -----

-----Creio de qualquer modo que o trabalho que se incumbiu o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador Paulo Vistas, é um trabalho importante de ser feito, em termos do levantamento, seguimento e sequência dessas situações. Não me vou pronunciar sobre algumas das questões técnicas que lá estão, mas quem faz a leitura dos três documentos, com facilidade encontra situações de falta de rigor. Não é nada difícil encontrar coisas que, seguramente, foram passadas informaticamente de uns para os outros e que atribuem coisas diferentes a sítios diferentes, não existindo um extremo rigor nesta matéria.-----

-----Creio que, há pouco tempo, o Professor Augusto Mateus, a quem a Câmara encomendou um estudo sobre as questões de desenvolvimento, fez uma reunião e dela resultou esta mesma realidade, de que não há só uma imagem de Oeiras desenvolvida, mas também, a de zonas críticas e complicadas.-----

-----O que é que originou isto? -----

-----É fácil de perceber se levarmos em conta que, nas últimas décadas, houve um grande desenvolvimento de expansão urbana e não me refiro, apenas, à construção de habitação, pois se repararmos no que se tem passado com o comércio é muito fácil vermos, nos últimos vinte anos, a enorme transformação que houve com a abertura e encerramento de grandes áreas e, ainda, muitos centros históricos com uma vida, mesmo do ponto de vista comercial, extremamente desenvolvida perderam actividade, atracção, vivem situações muito difíceis, é pois um problema sério que não podemos escamotear, porque se analisarmos em profundidade estas zonas, provavelmente, são as de maior concentração de população envelhecida do concelho, pois embora o envelhecimento do concelho abranja a estatística geral, é nestas zonas que ele aparece em grande escala. -----

-----Logo, o que originou isto foi, de facto, uma série de interesses, dificilmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

controláveis por uma Autarquia, que foram fazendo expansões urbanas e de novas vias de empresas, centros comerciais, etc., tendo sido descuradas as partes interiores. -----

----- O problema aqui levantado é como isto vai ser resolvido? -----

----- Quando se fala nas SRU's, o meu colega e camarada Arnaldo Pereira, já se referiu à pouco, que nós estamos de acordo com as Áreas Críticas e não com as SRU's porque, no fundo, quando se fala nestas últimas está-se a canalizar o mesmo espírito de fazer dinheiro, de especular para sociedades que têm de resolver problemas que foram criados pela especulação do dinheiro que levou as coisas para outro lado. -----

----- De certeza absoluta, que alguns dos aspectos mais críticos estão nestes relatórios e, eu quando os li, dizia: "Aqui está uma boa imagem que nós podemos pôr ao pé do paradigma do Isaltino", de facto, é pena ele não estar, porque podia ouvir isto, pois são situações completamente discordantes e diversas. -----

----- Mas, eu também penso isto, pois, se quero definir uma Área Crítica de Intervenção sobre a qual o Governo vem decidir, então o que as pessoas da Faculdade fizeram foi, quanto mais crítica melhor, porque mais facilmente é passável, o governo decide e, não sendo bruxo, penso que quanto mais crítica mais dinheiro pode estar disponível. -----

----- Temos aqui uma situação que tem contornos muito diversos, em relação à qual, nós Coligação Democrática Unitária, estamos de acordo com a declaração da área, com o processo de avanço e pensamos que é necessário criar estruturas que peguem nisto a sério, mas não nos iludamos, pois não será por se aprovarem as ACRRU's que se modificará todo o neoliberalismo e espírito capitalista que existe, aparecendo uma série de pessoas interessadas em fazer precisamente o contrário daquilo que se andou a fazer dezenas de anos. -----

----- Por isso dizemos, que em vez de se criar sociedades cuja perspectiva é capitalista e lucro, criem-se sistemas na Câmara, departamentos e situações que consigam ter força para operar em todos os necessários mecanismos, desde as expropriações, modificações, de fazer tudo

o que é necessário, possível, que tem sido e pode ser feito.”-----

-----O **Senhor Arlindo Barradas (IOMAF)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Durante a nossa campanha eleitoral, muitas pessoas dos bairros sociais dirigiam-se a mim, perguntando se o Senhor Presidente iria fazer novas habitações para jovens casais, e eu dizia que sim, embora não tivesse a certeza, a qual agora já tenho. -----

-----O Senhor Presidente tem por hábito cumprir o que promete e esta vai, por isso, ser mais uma iniciativa que terá a sua conclusão razoável. -----

-----Colaborando com o Senhor Presidente da Junta de Carnaxide, que é uma das que tem quatro bairros municipais, este, tem toda a razão quando diz que há absoluta necessidade de modificar a situação habitacional nessa freguesia, por conseguinte, estou inteiramente de acordo e congratulo-me com o projecto.”-----

-----O **Senhor António Barros (J.F. Queijas)** mencionou o seguinte:-----

-----“Entendo que reduzir a SRU ou o plano “Habitar Oeiras” é um completo absurdo e uma perspectiva economicista, porque, na realidade, o que estamos aqui a falar, podendo ferir algumas susceptibilidades, é aquilo que a Câmara tem referenciado como sendo uma segunda geração de políticas de habitação e, para esta existir, teve de haver a primeira, mas dessa questão ainda ninguém falou aqui hoje. -----

-----É que para nós estarmos, neste momento, a definir as áreas das ACRRU’s que posteriormente vão levar à SRU, que as vai gerir, teve de haver um trabalho anterior de requalificação e de qualificação que esta Câmara fez como, provavelmente, muito poucas o fizeram e que deu azo aos indicadores de vida serem muito bons no Concelho de Oeiras, mas havendo sempre mais trabalho a fazer, intervindo onde ainda não se fez um trabalho profundo, ou seja, nas áreas degradadas que precisam de maior intervenção. -----

-----Podemos fazer isso agora porque é um conjunto de situações que já fizemos no passado e é, só, por isso que, neste momento, estamos a falar de uma segunda geração de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticas de habitação porque, caso contrário, não estaríamos a fazê-lo, estaríamos, antes, a falar onde iríamos pôr os indivíduos que moram nas barracas em determinada zona, mas isso já não se passa no Concelho de Oeiras e, embora, custe bastante ouvir é a realidade. -----

----- Portanto, Câmara, meus Senhores, vão em frente porque neste caso estão a fazer um excelente trabalho.” -----

----- O **Senhor Pedro Almeida (PS)** observou o seguinte: -----

----- “Pedi a palavra para discordar da perspectiva que foi apresentada pelo orador que me antecedeu. -----

----- Existem factos que comprovam que o que está em causa, do nosso ponto de vista, não é uma segunda geração de políticas de habitação, mas sim, o colmatar de colunas que sempre existiram e foram denunciadas nesta Assembleia Municipal pelo Partido Socialista e por outros partidos. -----

----- Ainda bem que, finalmente, existe um plano estratégico que, de alguma forma, vai de encontro aquilo que eram algumas fragilidades relacionadas com a política de habitação do concelho, mas quando se fala noutros concelhos, e na suposta segunda geração de políticas sociais, houve concelhos que não precisaram de duas gerações pois, no mesmo momento, conseguiram acabar com as barracas e avançar com a reabilitação urbana e, a verdade é que, nós perdemos tempo, o qual estamos a recuperar e ainda bem, não podendo deixar de trazer à coacção um aspecto fundamental e que o Partido Socialista, diversas vezes, tem lembrado, que é o facto, do tempo que demorará que a SRU seja constituída, ou o instrumento legal apropriado para que se invista fortemente na reabilitação urbana e se aproveite, aquilo que é uma abertura na Lei das Finanças Locais àquilo que é o constrangimento do endividamento da Autarquia, esse é um tempo em que estamos a perder oportunidades, pois poderíamos testar e intervir na requalificação urbana mas, face ao atraso da suposta segunda geração de políticas sociais, tal como foi aqui apresentado pelo orador, que falou em nome, do Grupo Político Municipal Isaltino

Oeiras Mais à Frente, não está em curso.-----

-----Logo, queria sublinhar esta perspectiva de que o plano “Habitar Oeiras” corresponde, não a uma segunda geração, mas sim, ao colmatar falhas, lacunas graves que, várias vezes, foram denunciadas nesta Assembleia Municipal, por diferentes partidos. E isso reconhece-se, pelas intervenções do Partido Social Democrata e do Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente, pois o primeiro tem alguma dificuldade em assumir aquilo que são ideias apresentadas por estudos técnicos, quase que questiona, de uma forma frontal, a capacidade dos técnicos que elaboraram estes estudos, por outro lado, o segundo tenta criar aquilo que é uma ideia de segunda geração de políticas de habitação para desculpar o que foram falhas da política de habitação do concelho nos últimos anos.” -----

-----O **Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -----

-----“O plano de urbanização da nova Oeiras nasceu na década de quarenta/cinquenta, foi considerado um dos mais avançados na altura e da autoria do Professor Cristino da Silva, secundado depois pelo Arquitecto Falcão e Cunha. -----

-----O Professor e Arquitecto Ribeiro Teles, pode ter tido intervenção nas questões arbóreas e de jardins, urbanisticamente, foi tal qual como eu afirmei.-----

-----Eu gostava que não houvesse aqui grande confusão.-----

-----Meus amigos, imaginem os quarteirões de Algés, Avenida dos Bombeiros Voluntários da República e Cruz Quebrada, só para citar dois casos, Rua Sacadura Cabral, Rua Policarpo Anjos, Bairro Clemente Vicente, têm dezenas e dezenas de anos.-----

-----Estamos a falar de reconversão em política urbanística que tem que ver com zonas antigas perfeitamente consolidadas que, agora, precisam de ser equacionadas com os planos mais modernos. Quando estamos a falar do que se fez de bom em Oeiras, não nos referimos ao que se fez há dezenas e dezenas de anos, até porque o Bairro Clemente Vicente é um dos objectivos dessa reconversão urbana. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Existem falhas de estacionamento, deficiências de circulação e outras, nas malhas urbanas consolidadas com dezenas e dezenas de anos, por isso é que se vai fazer um trabalho de extrema qualidade de uma segunda geração, isto é, o agarrar urbanisticamente tudo aquilo que se tem feito ao longo dos anos e procurar equacionar tudo, numa perspectiva social, política e urbanística para que se desenvolvam todas estas situações.”-----

----- O **Senhor Francisco Silva (B.E.)** referiu o seguinte:-----

----- “Tal como disse o Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) é necessário enquadrar a reabilitação em termos sociais, políticos e urbanísticos, não em termos de lucro e do capital, por isso não concordamos com a criação destas sociedades.-----

----- Pensamos que é, realmente, necessário tomar alguma acção em relação a estes estudos. É esperado que hajam medidas por parte da Câmara para acabar com este assombro, mas também há umas questões que sobram, as quais são: quando e porquê tudo chegou a este estado? E quem deixou? Porque se os núcleos históricos desapareceram terá sido, concerteza, com a abertura e licenciamento de grandes superfícies comerciais que devem ter responsáveis.---

----- Será que existem técnicos suficientes na Câmara para terem continuado a fazer a correcta avaliação que, por exemplo, fazem agora os técnicos da Faculdade de Arquitectura? Será que era necessário a Câmara depender da Faculdade de Arquitectura ao fim de tantos anos, não sabendo esta, o que é que se passa no seu próprio espaço?-----

----- Realmente, a criação e a revitalização destas áreas são importantes, mas não pode ser só para bancos como tem sido até agora, porque observamos que de todos os cafés, cinemas e tudo o resto que existia na Avenida dos Combatentes em Algés, apenas existem os bancos, o Algés e Dafundo e não sabemos por quanto tempo ou, se até, qualquer dia este não será um health club privado?”-----

----- O **Senhor Jorge Pracana (PSD)** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “As críticas que o Partido Social Democrata apresentou em relação a estas propostas

visam, fundamentalmente, e como não podia deixar de ser, melhorá-las e têm de ser entendidas nesse sentido. -----

-----O Partido Social Democrata não está contra a criação desta áreas críticas e mais não podia, obviamente, estar, tendo em conta aquilo que foi o nosso passado neste concelho. -----

-----Quer queiramos, quer não, e por muito que isso custe ao Partido Socialista, ainda que nesta Assembleia Municipal, ele também tenha contribuído para aprovação daquilo que foi, do ponto de vista, estritamente jurídico, a aprovação de todas as normas, o enquadramento que possibilitou a este concelho, no que respeita ao desaparecimento de barracas ou, como já hoje foi dito aqui, da primeira fase desta política habitacional, é inquestionável que foi o Partido Social Democrata que esteve nessa obra, isto é um mérito que ninguém lhe pode tirar. -----

-----Também, ao contrário do que disse o Senhor Pedro Almeida (PS), é um facto, que não conheço nenhum concelho que tenha feito tudo ao mesmo tempo, e por uma simples razão, é que a maioria destes, pelo menos limítrofes de Lisboa, nas mãos do Partido Socialista, ainda não concluíram nem a primeira, nem a segunda fase, vão fazendo e basta olhar para a Amadora, para os Bairros degradados de Lisboa, para o que foi o Concelho de Cascais durante anos e, portanto, assim é fácil fazer política. -----

-----Eu discordo rigorosamente desta situação e, portanto, temos que ter em conta que: “Roma e Pavia não se fizeram num dia” e, conseqüentemente, precisamos estar atentos àquilo que é realidade e quais são as principais preocupações de uma Câmara, que numa primeira fase, como não poderia deixar de ser, foram quem vivia em barracas, ou seja, em piores condições. ---

-----Agora, certamente, é necessário atacar um outro problema, não fazendo política de um assunto que interessa a todos os cidadãos, a todos os Oeirenses e, principalmente, àqueles que por várias razões não têm condições de comprar as casas que hoje, mercê da evolução económica do concelho, dispararam para preços altíssimos. -----

-----O que se pretende é conservar os jovens, os filhos dos Oeirenses mais antigos, dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um dinamismo aos Centros do nosso concelho e por essa via lá chegaremos.-----

----- Quanto à questão se será pela Câmara, se por empresas ou parcerias, não entrarei nessa discussão, visto que tem necessariamente, e subjacente, uma questão ideológica profunda e, julgo que, seria desviarmos a questão do essencial que é, de facto, isso ir para a frente. -----

----- Há que melhorar e a experiência permitirá isso, de acordo com muitas das questões que foram levantadas pelo Senhor Macieira Coelho (PSD).” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** mencionou o seguinte: -----

----- “A proposta hoje apresentada é a da criação da ACRRU e, ainda, há-de vir a proposta de criação da SRU.-----

----- Seria fácil os Senhores entenderem que se a nossa pretensão passasse, apenas, pela criação de uma sociedade de reabilitação urbana, um pouco a exemplo daquilo que Lisboa ou outros concelhos fizeram, a constituição de uma SRU, somente, seria a constituição formal de uma sociedade e nomeação, eventualmente, de três administradores que depois, ao longo do tempo, por não existirem ferramentas para essa estrutura trabalhar, esta iria consumir o capital social afecto a essa sociedade tal como aconteceu em sociedades de reabilitação urbana que visitei.-----

----- A nossa intenção é séria e eu, pessoalmente, gostaria de dizer ao Senhor Macieira Coelho (PSD) que se há-de habituar a esperar que os assuntos sejam tratados com seriedade por mim, independentemente, da sua análise o levar a dizer que o cenário ou a realidade é muito negativa. -- -----

----- O que a equipa da Faculdade de Arquitectura de Lisboa conjuntamente com os serviços da Câmara trouxeram nesta proposta foi aquilo que o Senhor teve oportunidade de ler. Não houve da minha parte qualquer tipo de intervenção para alterar esse trabalho e também gosto, de alguma forma, que o Senhor Macieira Coelho (PSD) diga que é um cenário muito negativo, que de alguma forma o admirou e lhe causou estranheza. -----

-----Quero dizer-lhe que depende do ponto de vista, pois para nós é fundamental que os objectivos sejam exequíveis, mas exigentes e não tenho dúvida que esse trabalho que está subjacente à criação da SRU será exigente quer do ponto de vista da Administração, quer dos serviços da Câmara. -----

-----Durante estes vinte anos a Câmara teve como prioridade realojar um conjunto de famílias que viviam em situações miseráveis, de terrível carência habitacional e salubridade que, em nada, dignificavam a pessoa humana. -----

-----Mas, quando se diz que tudo o resto foi esquecido, isso não é verdade. Está ali, o Senhor Arnaldo Pereira (CDU) que teve a responsabilidade dos centros históricos, a qual agora me está cometida e aquilo que encontrei, ou seja, o ponto de partida, não foi o zero.-----

-----Muito foi feito ao longo destes anos, pela política de dinamização, revitalização, requalificação dos centros históricos e basta ver que quando eu cheguei à Câmara existiam gabinetes técnicos locais e um considerável manancial de trabalho nessas áreas históricas ou núcleos antigos, sendo mentira quando se diz que a Câmara esqueceu toda essa política de dinamização, revitalização e requalificação dos centros históricos.-----

-----É fundamental que percebam que se a primeira fase que era a nossa prioridade política de reabilitação de todas aquelas famílias que viviam em barracas foi concluída é, agora, essencial apontar o rumo noutra direcção e essa foi discutida com todos os dirigentes de responsabilidade nesta área e dela nasceu este documento estratégico, denominado “Habitar Oeiras”. Este, surgiu da minha discussão com um conjunto de dirigentes desta casa que, no fundo, produziram aquilo que nós entendemos por segunda geração de políticas de habitação, que como já foi aqui dito, só é possível concretizar porque uma primeira geração de políticas de habitação foi com sucesso concretizada e, portanto, se o Senhor Macieira Coelho (PSD) teve oportunidade de ler este documento, dele provém uma forte ideia, que é: “Oeiras é a nossa casa” e isto significa que a nossa preocupação e os nossos objectivos não se concentram, apenas, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

casa, ao contrário daquilo que era o maior objectivo da primeira geração de políticas de habitação porque se tínhamos pessoas, famílias a viver em barracas o primeiro objectivo era construir casas para realojar essas famílias e, à medida das disponibilidades, era dotar esses bairros municipais de um conjunto de equipamentos que pudessem, minimamente, satisfazer as necessidades dessas populações.-----

----- Hoje, estamos em condições de actuar de maneira diferente, de dar mais enfoque à questão do espaço público, dos equipamentos sociais, desportivos, culturais, de lazer e porquê? Porque nós queremos que Oeiras seja a nossa casa, que cada um de nós, cidadão de Oeiras, sinta a sua casa, não apenas como um espaço físico, contido entre quatro paredes, mas como o seu passeio, a sua rua, o seu café, o espaço onde faz desporto, o jardim onde passeia, a escola onde os filhos, ou os netos estudam. Esta é a ideia forte deste documento estratégico que aponta para oito vectores estratégicos, em que a SRU concorre apenas para uma quota-parte destes.-----

----- Acredito piamente que a SRU será um instrumento da Câmara, fruto de uma promessa eleitoral que a Força Política Isaltino Oeiras Mais à Frente fez ao seu eleitorado, para a criação de uma sociedade de reabilitação urbana para a zona da Cruz Quebrada/Dafundo.-----

----- Entendeu-se por um conjunto de pessoas, que fizeram parte das primeiras reuniões que estiveram na base desta decisão, alargar esse âmbito à zona de Algés de Cima, Linda-a-Velha, Carnaxide, criando para isso uma área contígua.-----

----- Inicialmente, pensou-se em incluir todo o Vale Jamor, ligando a Senhora da Rocha e permitir criar um corredor verde, ambientalmente sustentável, com acessos pedonais, ciclovias, o qual permitisse a toda a população de Linda-a-Velha e Carnaxide dirigir-se de uma forma simpática e fácil à Orla Ribeirinha, por questões de ordem técnica não foi possível incluir essa área na ACRRU.-----

----- No entanto, posso dizer a si, Senhor Macieira Coelho (PSD) e a todos os membros presentes nesta Assembleia Municipal, é que não devemos ter dúvidas, de que esta realidade que

vem transcrita neste documento estratégico “Habitar Oeiras” e nestas três propostas para a criação das ACRRU’s, também nos coloca num patamar de exigência bastante elevado porque nunca foi escondido por este Executivo as necessidades efectivas que existiam, em termos de habitação social.-----

-----Não foi este Executivo ou a Administração que parou a política de habitação social. -

-----Nós demos continuidade à construção de casas, à procura de casa, ainda hoje, existente por parte de muitos munícipes do concelho. -----

-----Nós percebemos que carências habitacionais não dizem respeito, apenas, à vivência numa barraca, pois existem muitos munícipes neste concelho que embora vivam em casas de alvenaria, em edifícios, vivem em condições habitacionais extremamente degradadas e não vale a pena esconder essa situação mas, sim, encontrar soluções também para esses munícipes.-----

-----É um facto que esta é uma questão de prioridade política. -----

-----Entendeu-se que a primeira geração de políticas habitacionais seria erradicar o flagelo das barracas e foi concretizado. A partir deste momento, há que trabalhar nos núcleos antigos e nas áreas críticas para que um conjunto de edifícios sofra uma intervenção mas, acima de tudo, que ela não se resuma à reabilitação do fogo que possa ter uma componente em termos da criação dos espaços de lazer, dos jardins, do estacionamento, do equipamento social e de terceira idade, porque só assim é que os cidadãos, que habitam essa zona, poderão dizer que a sua casa é mais do que o espaço físico das suas quatro paredes. -----

-----Acho que é da mais elementar justiça e, volto a repetir, que é falso quando alguém diz que Oeiras esqueceu todas as áreas dos centros históricos e dos núcleos antigos, ou seja, que esta Câmara de alguma forma, apenas, se direccionou para o PER e para o programa especial de realojamento. Hoje, essa responsabilidade é minha e a herança que me foi deixada não é um conjunto vazio, é sim, um manancial de trabalho desenvolvido nessa área e que contribuirá, para que conjuntamente, com as SRU’s, as ACRRU’s e com uma série de instrumentos, possamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concretizar este desígnio maior que é o “Habitar Oeiras”.-----

----- Gostaria de dar conhecimento que um dos professores responsáveis por esta equipa, está presente na sala, é o Professor Doutor Leonel de Sousa Fadigas com quem tive a honra e o prazer de trabalhar e aprender, junto com a sua equipa e terei o orgulho de poder dizer que esse trabalho irá, a médio e longo prazo, contribuir para uma significativa melhoria das condições de vida dos munícipes deste concelho.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Podemos passar à votação destas três propostas.”-----

5.2.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 28/2008**-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 50/08 - CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE ALGÉS E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cinquenta barra zero oito, a que se refere a deliberação número dezasseis da Reunião da Câmara Municipal, realizada em treze de Fevereiro último e deliberou por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.3.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 29/2008**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 51/08 - CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE CARNAXIDE.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cinquenta e um barra zero oito, a que se refere a deliberação número dezassete da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Fevereiro último e deliberou por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Carnaxide, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.4.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 30/2008** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 52/08 - CRIAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DE LINDA-A-VELHA. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cinquenta e dois barra zero oito, a que se refere a deliberação número dezoito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Fevereiro último e deliberou por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a criação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Linda-a-Velha, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** continuou, dizendo o seguinte:-----

----- “Podíamos avançar para mais uma ou duas propostas que são simples, por isso podemos ver as isenções das taxas que penso não terem discussão e depois finalizamos.-----

----- Passamos às propostas relativas ao ponto dez, onze e doze.” -----

5.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 111/08 relativa ao REGT. N.º 4230/08 - Proc.º. 53/01 - (3.º. Vol.) - Pedido de isenção do pagamento de taxas referente à emissão de alvará de licença de construção, solicitado pela Paróquia de Cristo Rei de Algés/Miraflores - Ofício N.º 8967 - 08.03.04, que a seguir se transcreve: -----

----- **“64 - PROPOSTA N.º. 111/08 - REGT. N.º 4230/08 - PROC.º. 53/01 - (3.º. VOL) - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE À EMISSÃO DO**

ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO, SOLICITADO PELA PARÓQUIA DE CRISTO REI DE ALGÉS/MIRAFLORES:-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do registo número quatro mil duzentos e trinta, de dois mil e oito, de vinte e três de Janeiro, vem a Paróquia de Cristo Rei de Algés/Miraflores, pela pessoa do seu Pároco, Padre Daniel Batalha Henriques solicitar a esta Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas no montante de cinco mil trezentos e um euros e trinta e seis cêntimos, referente à emissão do alvará de licença de construção (deferido por despacho de quinze de Janeiro de dois mil e oito) correspondente à edificação da Igreja da Santíssima Trindade e Centro Pastoral de Miraflores. -----

-----Neste contexto e de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras em vigor, no seu Capítulo Segundo, artigo quarto:-----

-----“Dois - A Assembleia Municipal isenta, total ou parcialmente, o pagamento de taxas de licenciamento ou autorização de obras de edificação, desde que as mesmas se destinem à construção ou reparação das respectivas sedes ou à execução e exploração de equipamentos compatíveis com os correspondentes fins estatutários:-----

-----b) As pessoas colectivas religiosas sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registadas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa.” -----

-----Considera-se assim que a pretensão poderá merecer a aceitação desta Edilidade no que concerne à isenção do pagamento das taxas pelo licenciamento, mantendo-se a liquidação devida aos S.M.A.S.. -----

-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - O envio à Assembleia Municipal com vista à aprovação da isenção do pagamento de taxas referente à emissão do alvará de licença de construção, solicitado pela Paróquia de Cristo Rei de Algés/Miraflores; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

5.5.1. VOTAÇÃO

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 31/2008** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 111/08 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS SOLICITADO PELA PARÓQUIA DE CRISTO REI DE ALGÉS/MIRAFLORES.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e onze barra zero oito, a que se refere a deliberação número sessenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em treze de Fevereiro último e deliberou por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção do pagamento de taxas referente à emissão do alvará de licença de construção, solicitado pela Paróquia de Cristo Rei de Algés/Miraflores, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 133/08 relativa ao Pedido de isenção do pagamento de taxas referente à emissão do alvará de licenças de utilização, solicitado pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora - Ofício N.º 8771 - 08.03.03, que a seguir se transcreve: -----

-----“**31 - PROPOSTA Nº. 133/08 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO, SOLICITADO PELA IRMANDADE DE N.ª. SR.ª DA CONCEIÇÃO DA ROCHA, EM LINDA-A-PASTORA:** -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do registo número setenta mil setecentos e sessenta e sete, de dois mil e sete, de trinta de Novembro, vem a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora, pelas pessoas do Reitor do Santuário e Primeiro Juiz da Mesa Administrativa, o Padre João Freitas Nóbrega e o Professor Doutor José Manuel Zorro Mendes, respectivamente, solicitar a esta Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas referentes ao alvará de licença de utilização a emitir na sequência das obras de restauro e ampliação da residência dos sacerdotes, situada no Santuário de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora.

-----Neste contexto e de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras em vigor, no seu capítulo segundo artigo quarto:-----

-----“Dois - A Assembleia Municipal isenta, total ou parcialmente, o pagamento de taxas de licenciamento ou autorização de obras de edificação, desde que as mesmas se destinem à construção ou reparação das respectivas sedes ou à execução e exploração de equipamentos compatíveis com os correspondentes fins estatutários:-----

-----b) As pessoas colectivas religiosas sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registadas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa.” -----

-----Considera-se assim que a pretensão poderá merecer a aceitação desta edilidade no que concerne à isenção do pagamento das taxas pelo referido licenciamento. -----

-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - O envio à Assembleia Municipal com vista à aprovação da isenção do pagamento de taxas (total ou parcialmente) referente à emissão do alvará de licença de utilização, solicitado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora. -----

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

5.6.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 32/2008** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 133/08 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS SOLICITADO PELA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA, EM LINDA-A-PASTORA. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e trinta e três barra zero oito, a que se refere a deliberação número trinta e um da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e sete de Fevereiro último e deliberou por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção do pagamento de taxas (total ou parcialmente) referente à emissão do alvará de licença de utilização, solicitado pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Linda-a-Pastora, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 166/08 relativa à Isenção da

comparticipação para obras gerais de reforço de abastecimento de água requerida pela Paróquia do Cristo Rei, de Algés e Miraflores - SMAS - Ofício N.º 8770 - 08.03.03, que a seguir se transcreve: -----

-----**“62 - PROPOSTA Nº. 166/08 - ISENÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO PARA OBRAS GERAIS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REQUERIDA PELA PARÓQUIA DO CRISTO REI, DE ALGÉS E MIRAFLORES - SMAS:**-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de seis de Fevereiro de dois mil e oito, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de isenção da participação para obras gerais de reforço de abastecimento de água, requerida pela Paróquia do Cristo Rei, de Algés e Miraflores, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo.-----

-----Face ao exposto proponho:-----

-----A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de Oeiras e Amadora, de isenção da participação para obras gerais de reforço de abastecimento de água, requerida pela Paróquia do Cristo Rei, de Algés e Miraflores.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

-----Mais foi deliberado, remeter o assunto para aprovação da Assembleia Municipal.”---

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Não tenho nada contra a alteração, mas quero chamar a atenção do edital que acompanha a proposta porque tem um erro e foi assinado pelo Senhor Presidente da Câmara. ----

-----Na proposta que nos é feita diz o seguinte: “participações, obras gerais de reforço de abastecimento de água para dois mil e sete, conforme se discriminam.”-----

-----Eu compreendo a obsessão do Senhor Presidente para se discriminar mas aqui, é discriminam com “i” e como na proposta seguinte, a treze, à uma alteração de taxas, vai fazer-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um novo edital, portanto, era conveniente que obsessão não subsistisse no novo edital para este ano.”-----

5.7.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 33/2008** -----

PROPOSTA C.M.O N.º 166/08 - ISENÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA OBRAS GERAIS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA REQUERIDA PELA PARÓQUIA DO CRISTO REI, DE ALGÉS E MIRAFLORES.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e sessenta e seis barra zero oito, a que se refere a deliberação número sessenta e dois da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e sete de Fevereiro último, que ratificou a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, de seis de Fevereiro de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção de comparticipação para obras gerais de reforço de abastecimento de água, requerida pela Paróquia do Cristo Rei, de Algés e Miraflores, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** continuou dizendo:-----

-----“Referi à pouco que a segunda reunião desta sessão está marcada para dia cinco, que é uma segunda-feira, às quinze horas, mas fui alertado, pela Senhora Carolina Tomé (IOMAF), que no dia cinco às dezasseis horas e trinta minutos haverá um colóquio organizado pelo Centro de Formação que é uma parceria entre este Centro de Formação, a Câmara Municipal e até a Fundação Marquês de Pombal. -----

-----Por isso pergunto aos grupos políticos se, excepcionalmente, haverá algum inconveniente em fazermos esta reunião no dia seis de Maio, terça-feira, às quinze horas, em vez de no dia cinco, segunda-feira?”-----

-----O **Senhor Pedro Almeida (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Nós às terças-feiras temos um constrangimento, conhecido pelo Senhor Presidente, que tem a ver com as funções que o Líder da Bancada desempenha na Assembleia da República e por isso pedia que o ajustamento da data pudesse ser feita em momento posterior, quando ele estiver presente porque, neste momento, está ausente no estrangeiro.”-----

-----O **Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide)** acrescentou o seguinte: -----

-----“Eu nesse dia, também, já tinha um compromisso que me é complicado adiar, por isso, se puder ser dia sete.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Dia sete é dia de reunião de Câmara, por isso não é possível, só pode ser dia cinco ou seis.” -----

-----O **Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide)** acrescentou o seguinte: -----

-----“Então dia cinco.” -----

-----O **Senhor Jorge Pracana (PSD)** mencionou o seguinte: -----

-----“Todos têm o problema das agendas, o que nós respeitamos e eu, já tinha, até, pedido a suspensão porque no dia cinco não podia, mas no dia seis já poderei estar presente. -----

-----Sugiro que seja o Senhor Presidente a tomar a decisão porque, senão, acabamos por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não conseguir sair daqui hoje, pois, seguramente, todos nós temos alguma incapacidade, seja no dia cinco, seis ou sete.”-----

----- A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** referiu o seguinte:-----

----- “No dia cinco de Maio, para além dos restantes elementos que possam estar envolvidos, o próprio Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem este mesmo compromisso.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “Penso que também tenho direito a ter compromissos, estou aqui há dois anos e meio e nunca argumentei nesse sentido, por conseguinte, se me permitem marcaria a reunião para dia seis de Maio às quinze horas.”-----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

6.1. O Senhor Jorge Carreira, morador em Porto Salvo, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vim hoje, aqui, a pedido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, que na última Assembleia referiu que este seria o local ideal para se apresentarem as alterações, modificações ou reivindicações que fossem da sua freguesia, por uma questão de hierarquia. -----

----- Em Porto Salvo, foi feita há dois anos, uma Assembleia de Freguesia para ordenamento do trânsito, estando esse assunto, ainda, por resolver, nomeadamente, na minha rua que tem dois sentidos quando só poderia ter um.-----

----- Vinha apresentar a questão da alteração do trânsito em Porto Salvo, a qual já foi alvo de uma Assembleia de Freguesia, havendo um estudo próprio para tratar disso e, embora me pareça que depois o Senhor Presidente secundará estas situações, não poderia, de qualquer forma, deixar de colocar esta questão.”-----

6.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu dizendo:-----

----- “Penso que todas essas sugestões e alterações foram remetidas à Câmara e, por isso,

será uma questão de se avaliar se será ou não exequível, possível e se irão ou não ser feitas.”-----

6.3. A Senhora Vereadora Madalena Castro deu o seguinte esclarecimento:-----

-----“A questão das alterações de trânsito dentro das localidades tem sido muito complicada e depois de ser recebido o parecer da Junta de Freguesia de Porto Salvo, sobre a proposta feita pelos nossos serviços, foram avaliadas as sugestões recebidas e, tanto quanto me recordo, ainda não foi à Câmara uma proposta de deliberação definitiva para propor alterações ao trânsito na zona central de Porto Salvo.-----

-----Esta é uma situação que posso verificar, até porque com a reformulação orgânica da Câmara, a antiga D.T.T. passou a ser a D.A.M. e houve alguns processos que não foram devidamente transferidos, mas irei recolher informação para saber qual é o ponto de situação deste processo e informarei o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo.”-----

6.4. O Senhor Pedro Almeida (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Nós recebemos, no início da reunião, uma carta aberta dirigida à Assembleia Municipal e subscrita por bastantes munícipes, que vem requerer que os vários grupos políticos considerem a discussão do assunto na reunião de hoje e parece que este assunto tem alguma urgência em ser tratado.-----

-----Certifiquei-me e parece que não estão cá os munícipes, por inconvenientes de agenda pessoal, mas também não sei se, porventura, a Câmara pode dar algum tipo de resposta, dada a urgência do assunto e se a Senhora Vereadora, também, já teve oportunidade de ler sobre este assunto.-----

-----Trata-se da Senhora Helena Pinto Janeiro a propósito de obras na Rua Doutor Manuel Fernandes Duarte.”-----

6.5. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. mencionou o seguinte:-----

-----“Pessoalmente, não tive acesso a esse documento, por isso não faço ideia do que o Senhor Pedro Almeida (PS) está a falar.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

6.6. O Senhor Feliciano Bernardo (BE) referiu o seguinte: -----

----- “Eu fui participante activo na questão da alteração do tráfego em Porto Salvo e fiz uma sugestão escrita acompanhada de fotografias para esta alteração, elaborei várias sugestões e já se passaram dois anos e, efectivamente, há que dar uma resposta a isto porque as pessoas que vão para Vila Fria continuam sem ter a ponte aérea sobre a entrada da auto-estrada, continuam a fugir aos carros naquela rotunda, os passeios continuam por fazer, a sugestão da saída do tráfego pelo lado direito, para Oeiras, continua, aparentemente, por fazer, continuando o congestionamento na rotunda de Porto Salvo e os passeios são como sabemos, portanto, não me parece que umas pequenas alterações custem assim tanto dinheiro e andamos nisto há dois anos.

----- A participação da população foi bastante grande e as pessoas dizem: “fomos à Assembleia de Freguesia, estivemo-nos a preocupar, demos sugestões e isto não deu em nada”.--

----- Há que ter um pouco de respeito pela participação das pessoas porque a qualidade da nossa democracia deve, também, medir-se pelas sugestões que as pessoas possam dar, mas na celeridade dos processos, pois esta situação já dura há dois anos.-----

----- Eu agradecia que a Câmara tomasse nota destas questões, reanalisasse e visse o que é, realmente, preciso fazer, porque às vezes é apenas necessário arranjar uns sinais e pouco mudar, outras coisas serão mais complicadas, como a ponte aérea, etc., mas há pequenas coisas que se podem fazer e que ajudariam as pessoas no quotidiano.”-----

6.7. A Senhora Vereadora Madalena Castro deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Eu já tinha respondido à questão e vou ver qual é o ponto desta situação, mas de qualquer forma queria informar o seguinte: está prevista uma intervenção na estrada principal que atravessa Porto Salvo e, aliás, já lá foram, incorrectamente, bloqueados alguns sinais.-----

----- Na sequência dessa intervenção, na Rua Conde Rio Maior, que é aquela Avenida que passa em frente ao “Torrãozinho, existia um problema com um abatimento complicado e, na sequência dessa intervenção, é bem natural que se possa concluir a alteração do trânsito, em

Porto Salvo, de qualquer forma vou avaliar como está o processo na D.T.T. e depois comunicarei, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo. -----

-----Foi, também, suscitada uma questão pelo Grupo do Partido Socialista e no final de Março, também, já tinha chegado à Câmara um abaixo-assinado de alguns moradores da Medrosa, contestando o projecto que está a ser implementado dos arranjos paisagísticos daquela zona. -----

-----Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir eu vou ler a resposta porque está aqui tudo que foi enviado, em devido tempo, aos moradores e gostaria de informar a Assembleia que para além do abaixo-assinado, também, nos chegaram várias comunicações de outros moradores a contestarem aquele abaixo-assinado e a dizerem que querem aquilo que está a ser feito. - -----

-----Eu deixava aqui um desafio às pessoas que tiverem oportunidade para irem ver os trabalhos que estão a ser desenvolvidos naquela zona e que já indiciam a qualificação de todo aquele talude. -----

-----De qualquer forma, para dar conhecimento à Assembleia, irei dar a conhecer a carta que foi remetida às pessoas que enviaram o abaixo-assinado: “Obra no Talude da Medrosa. Serve o presente para acusar a recepção da Vossa carta sobre o assunto em referência e informar que o arranjo a que Vossas Excelências fazem referência se enquadra no que a Autarquia denomina por uma área plano, isto é, a reorganização do espaço público de uma determinada área com características arquitectónicas análogas. Desta forma, o arranjo do Talude da Rua Doutor Manuel Fernandes Duarte está enquadrado no contexto alargado de requalificação paisagística do Bairro da Medrosa.-----

-----Mais informamos Vossas Excelências que o projecto actualmente em curso consiste na estabilização e sustentação do Talude ali existente, através da plantação de arbustos e de árvores, bem como na criação de um espaço verde de enquadramento e estadia na área baixa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

espaço. De modo a facultar o acesso a este novo espaço verde, está também a ser criado um caminho que será devidamente iluminado e que, igualmente, facilitará o acesso à Estrada da Medrosa, conhecida como Estrada Militar. -----

----- Por fim, informamos ainda que o deslizamento de terras será evitado através da estabilização do Talude, por meio de paliçadas em madeira e com a plantação de vegetação adequada. - -----

----- Com os nossos melhores cumprimentos.” -----

----- E esta resposta foi enviada no dia três de Abril para as pessoas que subscreveram esse abaixo-assinado. -----

----- Eu penso que as intervenções que a Câmara Municipal tem feito nos espaços que circundam zonas urbanas tem reflectido a qualidade e a requalificação que a Câmara pretende implementar dentro do possível em todo o concelho e também, particularmente, nesta zona da Medrosa. É disso que se trata e, obviamente, que há pessoas que não concordam, outras que concordam e a Câmara tem que procurar ter a noção de equilíbrio, de forma, a operacionalizar aquilo que nos parece ser melhor para o interesse público. Obviamente, que haverá um caminho que parece que as pessoas não queriam, visto ser uma zona de hortas que as pessoas iam cultivando e, agora, vão ter ali um jardim com uma zona bem agradável e quando for inaugurada, concerteza, não haverá discórdias sobre esta questão.” -----

6.8. O Senhor Presidente da A.M. concluiu dizendo: -----

----- “No próximo dia vinte e cinco de Abril teremos aqui uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, por isso, conto com a presença de todos.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente, -----

----- O Primeiro Secretário, -----

----- O Segundo Secretário, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
